



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DA
PRODUÇÃO
MINTER – MESTRADO INTERINSTITUCIONAL**

**TRABALHO INDIVIDUAL E TRABALHO COLETIVO DE PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS: UM ESTUDO NA COOPERSELENE DE
SINOP (MT)**

**MARA BEATRIZ PEITER
ORIENTADOR: PROF. DR. FARID EID
CO-ORIENTADOR: PROF. DR. GILMAR LAFORGA**

SÃO CARLOS-SP

2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DA
PRODUÇÃO
MINTER – MESTRADO INTERINSTITUCIONAL**

**TRABALHO INDIVIDUAL E TRABALHO COLETIVO DE PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS: UM ESTUDO NA COOPERSELENE DE
SINOP (MT)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos, Minter – Mestrado Interinstitucional, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Engenharia de Produção.

**MARA BEATRIZ PEITER
ORIENTADOR: PROF. DR. FARID EID
CO-ORIENTADOR: PROF. DR. GILMAR LAFORGA**

**SÃO CARLOS/ SP
2011**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

P379ti

Peiter, Mara Beatriz.

Trabalho individual e trabalho coletivo de pequenos produtores rurais : um estudo na coopersele de SINOP (MT) / Mara Beatriz Peiter. -- São Carlos : UFSCar, 2011. 101 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2011.

1. Estudo do trabalho. 2. Cooperativas. 3. Processo de trabalho. 4. Economia solidária. 5. Produtor rural. I. Título.

CDD: 658.542 (20ª)



FOLHA DE APROVAÇÃO

Aluno(a): Mara Beatriz Peiter

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DEFENDIDA E APROVADA EM 29/08/2011 PELA
COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Dr. Farid Eid
Orientador(a) PPGEP/UFSCar

Prof. Dr. Gilmar Laforga
Dep. Agronomia/UNEMAT

Prof. Dr. João Luiz Passador
FEARP/USP

Prof.ª Dr.ª Andrea Eloisa Bueno Pimentel
CCA/UFSCar

Prof. Dr. Roberto Antonio Martins
Coordenador do PPGEP

Dedico esse trabalho principalmente ao meu orientador e ao co-orientador, por me auxiliarem
na construção deste trabalho.

A minha mãe já falecida, mas que muito me ajudou para estudar e ingressar neste mestrado.

Ao meu pai que sempre esteve presente, me incentivando nos estudos.

Ao meu irmão Sérgio que muito me auxiliou nos períodos difíceis.

E a todos os professores da UFSCar que nos deram a devida atenção em todos os momentos.

A Máquina e o Homem

Não perca seu coração de criança,
que faz tanta falta, no mundo agitado, violento
tecnizado de hoje...

Vitórias estupendas vem registrando o engenho humano,
domesticando a técnica, criando computadores eletrônicos,
multiplicando utensílios eletrodomésticos, sempre mais eficientes,
colocando homens na LUA...

Diante dessa deusa moderna, a técnica,
onipresente,
dominadora,
o ser humano dobra os joelhos, sem dar-se conta que
está sendo DESUMANIZADO, gradativamente.
Sem dar-se conta / que está sendo desumanizado / dia após dia....

Paradoxo terrível, humilhante:
a máquina destronando o próprio homem,
que construiu a máquina....

O dono da máquina, virando ESCRAVO da máquina,
parafuso de engrenagem,
ficha perfurada de computador...

Feliz de quem, neste mundo violento e tecnizado, de hoje,
Conserva seu coração de criança e sua identidade pessoal.

Afortunado o coração, que em pleno século XX,
ainda acredita no amor.

Roque Schneider, Jograis do Cotidiano,
Edições Paulinas.

RESUMO

A literatura atual sobre as modalidades de organizações que lidam com a chamada economia solidária tende a afirmar uma atitude alternativa das novas experiências solidárias de autogestão e cooperação, dada a abertura que inserem nas relações de produção capitalista. No Brasil, a cultura da cooperação é observada desde a época da colonização portuguesa. Esse processo emergiu no Movimento Cooperativista Brasileiro surgido no final do século XIX, incitado por funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários, para atender às suas necessidades. A cidade de Sinop/MT onde esta pesquisa foi realizada concentra hoje um grande volume de negócios relacionados ao ramo da pecuária e a cada dia vem crescendo mais com o aumento da população. Muitos são os pecuaristas ali existentes e estes asseguram a economia do agronegócio de grande e pequeno porte no município. Formulamos então a questão de como ocorreu a trajetória do produtor de leite no município, ao estar inserido em uma organização antes associativa e agora transformada em cooperativa, na busca da comercialização e produção melhores. Assim, a Dissertação objetivou discutir este tema apresentando dados de uma pesquisa de forma qualitativa e exploratória realizada na Cooperativa Agrícola Selene – CooperSelene - localizada na Estrada Selene, área rural do município de Sinop/MT no período de outubro de 2010 a março de 2011. Nos resultados desta pesquisa verificamos o fortalecimento e segurança do produtor de leite com relação à entrega e venda de seu produto na organização cooperativada. Os dados demonstram que as relações de trabalho melhoraram quando os cooperados partiram do trabalho individual para o trabalho coletivo, assim como as perspectivas de crescimento e inserção de novos produtos faz parte da política interna do grupo. Apesar de todos os avanços, percebemos que muito ainda tem a ser feito quando se trata de trabalhos sobre cooperativismo e associativismo. O complexo acesso às disponibilidades de recursos financeiros e subsídios do poder público ainda se faz presente e é motivo de reclamação dos atuais cooperados. No entanto, observa-se que o processo é gradativo, mas pode ser atingido buscando sempre o fortalecimento e melhorias para o coletivo neste modelo de organização.

Palavras-chave: Organização do Trabalho, Processo de Trabalho, Economia Solidária, Precarização, Cooperativismo.

ABSTRACT

The current literature about the modalities of organizations that deal with the solidarity economy tends to affirm an alternative attitude of the new solidarity experiences of the self-management and cooperation given the opening that fall into the capitalist relations of production. In Brazil, the culture of cooperation is observed since the era of Portuguese colonization. This process emerged in the Brazilian Cooperative Movement came out of in the late 19th century, incited by civil servants, militaries, personnel professionals and workers, to serve their needs. They would represent the manifestation of a new method of the work organization and economic activities in general. The city of Sinop/MT where this research was carried out, today focuses a large volume of business related to the husbandry and each day more is growing according to increase of the population. There are many cattlemen who assure the economics of the agribusiness in the town. Then, we formulate the question about how occurred the trajectory of the milk producer in the municipality, whose this, is inserted into an organization that before was associative and now is converted into a cooperative, in search of better production and commercialization. This, the work intended to discuss this topic showing data from an exploratory qualitative research carried out in the Cooperativa Agrícola Selene – Cooperaselene-located in the rural area on Selene Road, town of Sinop/MT in the period of October, 2010 to March, 2011. In the results of this research we see the strengthening of security of the milk producer with to the delivery and sale of his product in the entrepreneurial organization. The data shows that labor relations have improved when cooperative members departed from the individual to the collective work, as well as growth prospects and insertion of the new products which are part of the internal politics of the group. Despite of all the advances, we realized that there are lot of things to be still done with regard to work about cooperativism and associativism. The complex access to availability of financial resources and subsidies of the government still is present and is the cause for complaint of current cooperative members. However it is known that the process is gradual, but can be achieved always seeking the strengthening and improvements to the collective in this model of organization.

Key words: work organization, work process, solidarity economy, precarious, Cooperativism.

SIGLAS

ABET – Associação Brasileira de Educação Tecnológica
ANTEAG – Associação Nacional de Empresas de Autogestão e Participação Acionária
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
EES – Empreendimentos Econômicos Solidários
EMPAER – MT – Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A
ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MT – FOMENTO – Banco de Desenvolvimento Social do Estado de Mato Grosso
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PRODEAGRO – Programa de Desenvolvimento do Agronegócio do Mato Grosso
SESCOOP- Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SIES – Secretaria de Informação de Empreendimentos Solidários
SENAES – Secretaria Nacional de Empreendimentos Solidários
UNISOL – União e Solidariedade das Cooperativas do estado de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Formas de Organização Vinculadas a Economia Solidária no Brasil	35
FIGURA 2 – Dificuldades dos EES no Brasil e Regiões	46

INDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1 – Sexo	81
Gráfico nº 2 – Idade	82
Gráfico nº 3 – Escolaridade	82
Gráfico nº 4 – Número Filhos	83
Gráfico nº 5 – Naturalidade	84
Gráfico nº 6 – Tempo de Moradia em Sinop	84
Gráfico nº 7 – A propriedade é	85
Gráfico nº 8 – Área em hectares	85
Gráfico nº 9 – Área em pastagem	86
Gráfico nº 10 – Número de pessoas na propriedade	86
Gráfico nº 11 – Número de pessoas na produção	87
Gráfico nº 14 – A propriedade é	87
Gráfico nº 13 – A residência é de	88
Gráfico nº 14 – As residências com energia elétrica	89
Gráfico nº 15 – Fonte de renda anterior	90
Gráfico nº 16 – Tempo (em anos) de participação na Organização Selene	91
Gráfico nº 17 – Trabalha na Cooperativa	91
Gráfico nº 18 – Cargos na Diretoria	92
Gráfico nº 19 – Tempo (em anos) de participação na diretoria	92
Gráfico nº 20 – Quantidade de vacas leiteiras que possui atualmente	93
Gráfico nº 21 – Quantidade de litros leite/dia	94
Gráfico nº 22 – Raça predominante do gado leiteiro	94
Gráfico nº 23 – Assistência de Veterinário	95
Gráfico nº 24 – Trabalho com gado antes	95
Gráfico nº 25 – Renda mensal da propriedade atualmente (em salário mínimo)	96
Gráfico nº 26 – Aumento da renda	97
Gráfico nº 27 – Outras rendas	97
Gráfico nº 28 – A cooperativa se preocupa	98
Gráfico nº 29 – Sua vida melhorou	99
Gráfico nº 30 – Participação individual nas reuniões	100
Gráfico nº 31 – Participação das discussões nas reuniões	100

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Apresentação	11
1.2 Objetivos	13
1.3 Justificativa	14
1.4 Metodologia	15
1.5 Estrutura da Dissertação	16
2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	19
2.1 Trabalho	20
2.2 Processo do trabalho	23
2.3 Precarização	30
2.4 Alternativas	33
2.4.1 Economia Solidária	33
2.4.2 Cooperativismo	42
2.4.2.1 Gestão dos Empreendimentos Solidários	44
2.4.2.2 Autogestão e Flexibilização	47
2.4.3 Cooperativas empresariais e típicas	53
2.4.4 Diferenças entre elas	54
2.5 Capital Social	56
2.5.1 Conceitos	57
2.5.2 Características	58
3 ESTUDO DE CASO	60
3.1 Dados da Empresa	60
3.2 Histórico de Sinop	60
3.3 Histórico da Cooperselene	62
3.4 Resumo dos Dados	64
Referencial	68
Anexo	75
Apêndice I	76
Apêndice II	80

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

As mudanças ocorridas na economia capitalista nas últimas décadas, tanto de ordem econômica como social, fragilizaram o modelo tradicional da relação capitalista de trabalho. O readequamento por parte das organizações, visando manutenção no mercado, o aumento da informalidade e a precarização do trabalho afirmaram-se como tendência em uma conjuntura de expansão sem precedente do desemprego, levando trabalhadores a se submeterem a ocupações onde seus direitos sociais e trabalhistas são abdicados para garantir sua sobrevivência (PALLOIX, 1982, p.70 a 77).

Por outro lado, o aprofundamento dessa crise abre espaço para o surgimento de mudanças no mundo do trabalho e de suas relações. Diferentes formas de organização do trabalho são temas de debate levando em consideração a necessidade dos trabalhadores de encontrar outras fontes alternativas de geração de trabalho e renda. Experiências coletivas de trabalho e produção vêm se disseminando nos espaços rurais e urbanos, através das cooperativas de produção e consumo, de associações de produtores, redes de produção, consumo e comercialização, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas de autogestão, entre outras formas de organização que procuram oferecer melhores condições de vida à milhares de trabalhadores em relação à situação anterior em que estavam submetidos.

De fato, organizações que se utilizam de princípios da economia solidária, do desenvolvimento sustentável e da educação de seus trabalhadores associados ou cooperados, surgem então como vias de acesso para resgate de sua dignidade e construção da cidadania àqueles que estão excluídos do mercado formal de trabalho.

Este tema de pesquisa é ainda de grande complexidade e exige número maior de investigações no sentido de aprofundar conhecimentos na área para então identificar as diferenças adequando números atuais específicos que mostram a influência destas experiências de participação dos trabalhadores em empreendimentos solidários. Muitos dos empreendimentos hoje da economia solidária são originários do trabalho individual vinculados à economia popular, até seu envolvimento e participação em organizações produtivas coletivas participativas, na perspectiva da autogestão plena, com direitos e deveres semelhantes.

No Brasil, a partir de 1980 a economia solidária se apresenta gradativamente enquanto uma alternativa para geração de trabalho e renda frente à crise do desemprego em massa e do trabalho precário, intensificada nos anos de 1990, com a abertura do mercado às importações. Notadamente nestes últimos anos, a economia solidária tem sido tema de debates, pesquisas acadêmicas, políticas públicas e, principalmente experimentada por um número cada vez maior de trabalhadores, desempregados e populações marginalizadas.

Assim, o Brasil também passa por grandes transformações desencadeadas por estratégias políticas e econômicas. Surgem perversos reflexos no mercado de trabalho, cujo resultado é visível na taxa de desemprego e subemprego, assim como a precarização nas relações de trabalho, ampliando significativamente o número dos trabalhadores socialmente excluídos.

Esta Dissertação analisa as reais possibilidades de incremento do produtor rural em se inserir em empreendimento autogestionado como alternativa para a geração de trabalho e renda. Para isso, foi desenvolvida a pesquisa de campo junto à Cooperativa Agrícola Selene – Cooperselene, localizada no município de Sinop, Estado de Mato Grosso. Esta cooperativa iniciou suas atividades no ano de 2000 e surgiu com a denominação de Associação de Produtores de Leite, elevando-se a cooperativa alguns anos depois.

Busca-se complementar este trabalho descrevendo um pouco da história do município de Sinop, onde ocorreu a presente pesquisa.

Decidiu-se então pela pesquisa de campo através de um estudo de caso, onde os cooperados responderam de maneira informal a um roteiro de entrevista elaborado pela autora. O intuito era o de verificar o histórico e as características individuais de cada trabalhador que ora é um cooperado, desde a sua atuação individual como pequeno produtor até a atual formação e participação neste empreendimento autogestionário que inclui perspectivas de inserção de novos produtos, como leite desnatado e creme de leite (nata) a serem industrializados e comercializados pela cooperativa.

Diante deste quadro, questões que envolvem conceitos sobre trabalho, precarização assim como realizar revisão bibliográfica sobre trabalho, precarização, economia solidária e cooperativismo para correlacionar o empreendimento autogestionário com a forma individual e coletiva de trabalho, foram fundamentais para o desenvolvimento da Dissertação.

O estudo de caso é parte deste trabalho no intuito de buscar informações cuja coleta de dados aconteceu mediante roteiro de entrevista aplicado junto aos produtores participantes da cooperativa. A finalidade foi verificar as mudanças ocorridas e analisar benefícios atingidos e as dificuldades existentes, desde seu modo individual ou familiar de

trabalho até sua participação no atual sistema, sua divisão das responsabilidades, formas de industrialização e comercialização, relações de trabalho e a satisfação nos resultados até aqui atingidos.

O referencial teórico faz repensar a idéia de que o trabalho individual na área rural, em sua propriedade familiar, o pequeno produtor em sua maioria não possui condições suficientes para sua manutenção e sobrevivência. Assim, ao organizar-se em um empreendimento solidário é necessário reunir determinado grupo de pessoas que realizem várias tarefas em conjunto, de modo comunitário, cuja probabilidade de desenvolver a capacidade de produção e comercialização poderá ser muito maior.

A partir da revisão bibliográfica inicial, formulou-se a seguinte pergunta-problema a qual norteou o desenvolvimento desta Dissertação de Mestrado: como surgiu a Cooperselene no município de Sinop e qual é a forma do empreendimento atualmente perante seus cooperados uma vez que de Associação passou a se denominar uma organização Cooperativista?

1.2 Objetivos

a) Objetivo Geral

Analisar a trajetória de produtores individuais e que passam a desenvolver suas atividades através de trabalho coletivo cooperativado dos produtores rurais através da Cooperselene no Município de Sinop/MT,

b) Objetivos específicos:

- Analisar a trajetória do trabalho dos produtores cooperativados da Cooperativa Selene;
- Analisar os resultados obtidos enfatizando mudanças nas condições de vida, dificuldades e desafios enfrentados na transição do trabalho individual ao trabalho coletivo.

1.3 Justificativa

Estudo recente sobre o crescimento econômico no setor agropecuário no Estado de Mato Grosso mostra evolução de 342% no Produto Interno Bruto (PIB) entre os anos de 1994 e 2000 (GUERRA, 2007, p. 3). Porém, este crescimento se mostrou incapaz de gerar o desenvolvimento social na região, pois se por um lado a população cresceu 24% entre 1991 a 2000 por outro, o percentual de famílias que recebiam até dois salários mínimos em 1991, reduziu nos anos seguintes percebendo-se que a diferença foi acrescida ao percentual dos trabalhadores “sem renda”. De fato, os índices de exclusão são elevados onde dados do início da década divulgados por Pochmann (2002), indicam que o nível de pobreza e a desigualdade em municípios produtores de commodities, em particular da soja, houve estagnação ou piora para os mais pobres e melhoria do nível de renda dos mais ricos, significando um maior distanciamento entre estes extremos.

Por outro lado, as organizações que empregam os princípios da economia solidária, do desenvolvimento sustentável e da educação de seus cooperados surgem então como vias de acesso para alcançar maior dignidade e condições de vida àqueles excluídos do setor produtivo ou do mercado formal de trabalho, ou seja, aqueles que fazem parte da chamada economia popular.

Para referenciar a bibliografia optou-se por conhecer a trajetória dos produtores rurais participantes da empresa cooperativa de leite no Município de Sinop/MT. Levantar um histórico da transição do trabalho individual para o trabalho coletivo e evolução para o coletivo dos trabalhadores cooperados. No estudo de caso, verificar possíveis modificações e/ou melhorias no que tange o universo das particularidades destes trabalhadores rurais e quais os benefícios proporcionados a eles nesta transição.

A revisão da literatura serve para familiarização em profundidade com o assunto de interesse. Necessário apresentar referencial teórico sobre o processo de evolução na gestão do trabalho desde sua forma individual para o trabalho em coletividade. Averiguar se, de fato, como testemunham autores da teoria específica tais como Paul Singer, Luis Inácio Gaiger e outros, os quais ditam que melhorias ocorrem nessa forma organizacional autogestionária, no contexto de empreendimento democrático, classificando avanço na formação e geração de renda para trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho.

Assim a justificativa para elaboração desta Dissertação reside na possibilidade de contribuir com um contexto mais amplo sobre a trajetória do produtor de leite no

município de Sinop/MT, ao estar inserido em uma organização cooperativista no Estado de Mato Grosso principalmente o norte mato-grossense, uma cidade envolvida no agronegócio e cujas pesquisas atuais sob esta perspectiva são quase inexistentes. Durante o desenvolvimento dessa Dissertação buscou-se também várias fontes de dados secundários e foram descritas de forma sucinta e clara objetivando centralização no tema.

1.4 Metodologia

Segundo Demo (1995, p.37), a metodologia “questiona o conhecimento da produção científica, colocando em discussão sua demarcação”. Complementa dizendo que: “pode ser vista de modo apenas formal, como é o uso em posturas positivistas e estruturalistas, e na influência do formal e do histórico. Questiona a construção do objeto científico, dentro do contexto da discussão sobre 'objeto construído’”.

A metodologia aqui utilizada foi a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 26), “a pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, livros, monografias, teses, onde sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito e filmado sobre determinado assunto”.

Pesquisar é encontrar respostas para as questões propostas. Vemos em Chiavenato (2007, p. 75):

O estudo do mercado, ou pesquisa de mercado, é o levantamento e a investigação dos fenômenos que ocorrem no processo de trocas e de intercâmbios de mercadorias do produtor ao consumidor. Representa a coleta de informações úteis para que se possa conhecer o mercado, seja para comprar matérias primas ou mercadorias, seja para vender produtos/serviços.

Para tanto, foi pesquisado bibliografias e documentos, pois:

A pesquisa bibliográfica constitui-se em fonte secundária. É aquela que busca o levantamento de livros e revistas de relevante interesse para a pesquisa que será realizada. Seu objetivo é colocar o autor da nova pesquisa diante de informações sobre o assunto de seu interesse (MEDEIROS, 2006, p.50).

De acordo com um segundo autor a respeito :

Qualquer espécie de pesquisa, em qualquer área, supõe e exige pesquisa bibliográfica prévia, quer à maneira de atividade exploratória, quer para o estabelecimento do *status quaestionis*, quer para justificar os objetivos e contribuições da própria pesquisa (RUIZ, 1991, p. 57).

“[...] É a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres” (KÖCHE, 2003, p. 122).

Pesquisa é a atividade científica pela qual descobrimos a realidade. Partimos do pressuposto de que a realidade não se desvenda na superfície. Não é o que aparenta a primeira vista. Ademais, nossos esquemas explicativos nunca esgotam a realidade, porque esta é mais exuberante que aqueles (DEMO, 1987, p. 23).

Porém o processo de pesquisa envolve a teoria e a prática.

Para Demo (1987, p. 19) é importante considerar que:

Metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos.

Ressalta-se também que a pesquisa deu-se de forma exploratória e descritiva, posto que “na pesquisa exploratória não se trabalha com a relação entre variáveis, mas com o levantamento da presença das variáveis e da sua caracterização quantitativa ou qualitativa” (KÖCHE, 2003, p.126).

Sobre a pesquisa descritiva, é válido que:

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com a maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas (CRUZ, 2009, p. 85).

Já sobre a pesquisa documental Medeiros (2006, p. 46) que:

[...] compreende o levantamento de documentos que ainda não foram utilizados como base de uma pesquisa. Os documentos podem ser encontrados em arquivos públicos, ou de empresas particulares, em arquivos de entidades educacionais e/ou científicas, em arquivos de Instituições Religiosas, ou mesmo particulares, em cartórios, museus, videotecas, filmotecas, correspondências, diários, memórias, autobiografias, ou coleções de fotografias.

Em função disso foi realizada uma pesquisa de campo, pois:

A pesquisa de campo consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente relevantes para ulteriores análises. Esta espécie de pesquisa não permite o isolamento e o controle das variáveis supostamente relevantes, mas permite o estabelecimento de relações constantes entre determinadas condições – variáveis independentes – e determinados eventos – variáveis dependentes –, observadas e comprovadas (RUIZ, 1991. p. 50).

Lakatos e Marconi (2003, p. 27) entendem que a pesquisa de campo “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”.

1.5 Estrutura da Dissertação

Esta dissertação está construída em 3 capítulos. Como primeiro passo, buscamos salientar na pesquisa bibliográfica conteúdos sobre trabalho, processos de trabalho e precarização. A evolução, desafios, contradições e perspectivas, a partir de uma base teórica, no sentido de entender o processo de organização do produtor coletivo e rural.

Recorremos a formulações teóricas na tentativa de aprofundar a análise sobre o tema. Foi utilizado principalmente os conceitos elaborados por Eid, Fleury, Gaiger, Genauto, Palloix, Singer e Tiriba dentre outros, para o desenvolvimento deste trabalho.

Como passo seguinte, a pesquisa descreve resumidamente sobre a economia solidária, o cooperativismo e seu surgimento. Apresentamos também as características de uma organização inserida na economia solidária para levantar informações na tentativa de compreender melhor esse mecanismo.

O capítulo 3 foi denominado de estudo de caso onde situamos o leitor no município de Sinop/MT ao contar um pouco de sua história e influência no agronegócio. Depois foi preciso conhecer as questões específicas que envolvem o produtor rural que parte do trabalho informal, individual e familiar, para um trabalho mais organizado, porém mais complexo, em processo de autogestão e que surgiu como alternativa de geração de trabalho, produção e renda. Explicar as condições destes atores que participam da empresa denominada atualmente de cooperativa, no Município de Sinop/MT.

Para isso, foi utilizado um roteiro de entrevista, com perguntas abertas e fechadas (encontrada no apêndice I), para coleta de informações diretamente com os

cooperados da Cooperselene. Pretendeu-se, com isso, identificar a trajetória destes trabalhadores para, em seguida analisar os resultados obtidos.

Primeiramente foi elaborado um questionário-teste aplicado durante a pesquisa exploratória, mas depois percebeu-se que o melhor seria um roteiro de entrevista para a coleta de dados, elaborado pela autora, e que definido como modo qualitativo e exploratório. Este foi aplicado junto aos cooperados que entregam a matéria prima leite, à cooperativa de Sinop/MT.

Para fundamentar o exposto, é sucinto a conceituação de entrevista, que: “consiste no diálogo com o objetivo de colher, de determinada fonte, de determinada pessoa ou informante, dados relevantes para a pesquisa em andamento” (RUIZ, 1991.p. 51).

2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Organização do Trabalho é o conjunto de práticas articuladoras do complexo de processos de trabalho historicamente determinados, associadas à incorporação da força de trabalho ao capital (EID, 2009, p.1).

Trata-se da especificação dos conteúdos do trabalho, métodos e relações entre os ocupantes de cargos em um determinado sistema de produção, com objetivo de satisfazer diversos requisitos, tais como os requisitos tecnológicos, organizacionais, sociais e do indivíduo ocupante do cargo.

Portanto, ao organizar o trabalho é levado em consideração necessidades técnicas e sociais.

Um conjunto de 6 postulados diz respeito a Organização Científica do Trabalho- OCT- propriamente dita e ainda largamente utilizados até nossos dias (EID, 2009, p.2):

1. A Individualização do Trabalho: As tarefas são individualizadas onde a cada operário é atribuído atividades específicas, distintas das do operário vizinho. Quando possível os postos de trabalho são separados espacialmente com objetivo de evitar todas as comunicações e discussões inúteis;

2. A Decomposição do Trabalho: O número de atividades por posto de trabalho deve ser tão pequeno quanto possível. Quanto menor a tarefa, mais simples e fácil torna-se ao operário de executá-la. Multiplicam-se as categorias de postos de trabalho e as subdivisões no interior de cada categoria.

A evolução na carreira é uma passagem sucessiva de uma categoria de tarefas à outra. Antes, a promoção se fazia pelo aprofundamento de conhecimentos e das capacidades dentro de um ofício.

3. A Descrição Pormenorizada de cada um dos Postos de Trabalho: Permite, através de regras escritas verificar a qualquer momento se os gestos praticados correspondem às normas previstas.

4. A Programação Total: A planificação pormenorizada para a redução (até a eliminação) de todos os riscos de incerteza e de acaso.

5. Os Circuitos de Comunicações: Por um lado, a direção da empresa tem a seu cargo os problemas de concepção, de decisão, de coordenação e de controle. Detém o saber e representa a autoridade. Por outro lado, o pessoal operário é responsável pela execução.

6. Os Estímulos econômicos: Toma-se como princípio que o homem no trabalho tem como motivação principal os ganhos econômicos.

Trata-se da idéia do *homo economicus*, ou seja, os operários estariam dispostos a não faltar ao trabalho (absenteísmo) e a trabalhar à sua máxima velocidade se for dado um aumento real de salários (EID, 2009, p.3).

Na medida em que cada operário tem uma tarefa diferente do seu vizinho, não é necessário que comuniquem entre si. Diremos que o circuito de comunicação é essencialmente vertical: as informações podem subir e as decisões descem.

2.1 TRABALHO

O trabalho é uma atividade humana e esta altera o estado natural dos materiais da natureza para, em princípio, melhorar sua utilização e atingir suas necessidades. É então uma atividade proposital, orientada pela inteligência, fruto especial do homem. Nesse aspecto, o homem compartilha com os demais, a atividade de atuar sobre a natureza de modo a transformá-la para melhor satisfazer suas necessidades.

Vasapollo (2005, p. 16) explica que “solucionar um problema social tão grande implica em perceber as complexas dificuldades. Buscar também entender e analisar profundamente as características do trabalho, as tendências existentes que determinam suas perspectivas”.

A Revolução Industrial foi o ápice para mudanças significativas no entendimento do trabalho, pois nesse período houve uma transformação na sociedade.

[...] surgiu uma nova concepção de trabalho que modificou completamente a estrutura social e comercial da época, provocando profundas e rápidas mudanças de ordem econômica, política e social que, em um lapso de um século, foram maiores do que todas as mudanças ocorridas no milênio anterior (CHIAVENATO, 2003, p. 33).

Tiriba (2004, p. 20) enfatiza que trabalho “é entendido como mediação entre o homem e a natureza no processo de criação e recriação da realidade humano-social e, como consequência, a práxis produtiva como objetivação do agir laborioso dos seres humanos, os quais, como parte da natureza modificam sua própria natureza.”

Trata-se de discutir sobre como enfrentar essa nova condição de trabalho. Em outras palavras, buscar entender como organizar o trabalhador precarizado para estabelecer o contraste com uma sociedade que destrói cada vez mais o conjunto dos direitos dos trabalhadores.

Enfatiza Vasapollo (2005, p. 18) que:

as mudanças de culturas, de esquemas intelectuais e de convicções políticas estão vinculadas aos processos econômico-produtivos e seus respectivos desenvolvimentos sociopolíticos e econômicos. Modificam-se assim continuamente, os padrões de vida a partir das relações de conflito entre capital e trabalho.

As mudanças vêm sendo percebidas desde o segundo pós-guerra. Com o incremento tecnológico na organização da produção, ou de forma mais direta, através do refinamento nas técnicas de gestão do trabalho assalariado. A indústria vem se alterando. Os equipamentos, criados para melhorar a produtividade do trabalho nos processos repetitivos, vêm na verdade, aumentando os ritmos e responsabilidades dos trabalhadores, sem responder com iguais incrementos de salários reais ou correspondentes reduções de jornada de trabalho.

Do ponto de vista dos trabalhadores, a informatização, além de provocar o desemprego estrutural, desqualificou o trabalho já existente, convertendo-o no denominado trabalho atípico, com forte conteúdo de precariedade.

O elemento trabalho não tem recebido qualquer vantagem, ou muito pouco, em termos de redistribuição real dos incrementos da produtividade. Não aumentaram, na mesma proporção ou até com redução, o número de vagas de emprego; e nem tampouco os salários reais. Na maioria das situações, sequer foram reduzidas as jornadas de trabalho e, muito menos, foram mantidos os anteriores níveis de salário indireto relativos ao total dos gastos sociais.

O trabalho humano torna-se indefinido, desobrigado dos rigorosos caminhos ditados pelo instinto nos animais. Seus diversos determinantes constituem produtos, não da biologia, mas das complexas interações entre ferramentas e relações sociais. “A

produção capitalista exige intercâmbio de relações, mercadorias e dinheiro, mas sua diferença específica é a compra e venda de força de trabalho” (BRAVERMAN, 1997, p. 54).

Para Braverman, três condições básicas são exigidas na produção capitalista:

- O trabalhador é separado dos meios com os quais a produção é realizada: só podem ter acesso a ele vendendo sua força de trabalho a outros;
- Os trabalhadores estão livres de constrições legais, tais como servidão ou escravidão, que os impeçam de dispor de sua força de trabalho;
- O propósito do emprego do trabalhador torna-se a expansão de uma unidade de capital pertencente ao empregador, que assim está atuando como um capitalista.

Estas condições exigidas na produção capitalista livram os trabalhadores da escravidão, mas os forçam a vender sua força de trabalho a um determinado empregador que atua como capitalista ao comprar essa força de trabalho uma vez que é o detentor do capital.

Palloix (1982, p. 38), define o trabalho como sendo: “um processo em que há participação do homem na natureza e que com sua própria ação, impulsiona, regula e controla o intercâmbio material entre ele e a natureza”. Marx (1985), por sua vez, faz a distinção entre o trabalho humano e animal, afirmando que a distinção entre estes é o fato do trabalho humano ser pré-concebido no cérebro do homem antes da execução. Para Marx, o que fez com que a sociedade se desenvolvesse foi justamente a capacidade do ser humano de planejar antes de executar. Com isso, o homem modifica a natureza ao mesmo tempo em que modifica a si mesmo.

Para elucidar as questões da organização do trabalho, deve-se observar a evolução ocorrida na experiência brasileira. Fleury e Vargas (1987, p. 11 a 20), questionam ao afirmar que o início se deu mais tardiamente em comparação a outros países. Aí, então pergunta o porquê dessa evolução ter acontecido mais tarde. Confrontam que o debate sobre as questões do trabalho, a análise social do Brasil, exclui as práticas industriais do dia-a-dia. Tais questões levantadas na época fortalecem indagações para se entender a natureza da evolução industrial. Sem conseguir uma resposta imediata, ficou-se a mercê de expectativas e resultados para compreensão da própria evolução e com preocupações da prática industrial brasileira.

Fleury e Vargas (1987, p. 31) classificam os modelos de organização do trabalho em dois grandes grupos: o primeiro denominado como:

Modelo Clássico, representado pela administração científica, surgido em decorrência de um período conflituoso da sociedade norte-americana, especialmente em se tratando das relações de trabalho e que segundo o autor "permitiu um

desbalanceamento total das relações de forças, provendo o patronato de um esquema extremamente autoritário.

No segundo grupo encontram-se os Novos Modelos de Organização do Trabalho, que rompem basicamente com os princípios e técnicas taylorista, mas que na realidade apontam para esta perspectiva. Fleury inclui as propostas de:

Enriquecimento de cargos e os grupos semi-autônomos ambos assentados em premissas implícitas sobre as necessidades humanas (em geral com a relação do trabalho), e o modelo japonês de organização do trabalho, como um modelo integrado à lógica organizacional e à cultura japonesa (FLEURY e VARGAS, 1987, p.42).

Na análise de Severino e Eid (2004, p. 4) observa-se que na empresa capitalista a organização do trabalho é entendida como:

O conjunto de práticas articuladoras de processos de trabalho historicamente determinados, associadas à incorporação da força de trabalho ao capital. Trata-se da especificação dos conteúdos/métodos do trabalho e relações entre os ocupantes de cargos na estrutura organizacional, com o objetivo de satisfazer diversos requisitos, tais como: tecnológicos, organizacionais, sociais e do indivíduo ocupante do cargo.

Assim, a organização do trabalho é vista como sendo um conjunto de aprendizado sobre os processos do mesmo, especifica os conteúdos e métodos do trabalho e também as relações interpessoais daqueles que ocupam cargos dentro da estrutura organizacional, procurando manter o foco na satisfação, tanto do indivíduo como da organização.

2.2 Processo do trabalho

As mudanças e a evolução do modo de produção capitalista e dos tipos de organização sempre estiveram atreladas ao desenvolvimento e às exigências de modificações nas formas do trabalho. Fleury (1987), afirma que, com o início do período da Revolução Industrial, surge uma forma mais organizada do trabalho, decorrente da ruptura das estruturas corporativistas da Idade Média, de um sistema feudal, dependente para um sistema de parceria e trabalho em equipe. Um sistema de desenvolvimento técnico, com o aperfeiçoamento das máquinas e com a descoberta de novas tecnologias; e a substituição do tipo artesanal de

produção por um tipo industrial. Como conseqüência das transformações ocorridas houve um desenvolvimento acelerado da industrialização e conseqüentemente do trabalho assalariado.

O uso de ferramentas na produção do trabalho modificou a estrutura do homem devido às mudanças nas condições do seu modo de vida. O êxito do mais simples instrumento de mecanização deu início à tendência de toda a evolução humana e levou às civilizações de hoje (BRAVERMAN, 1997, p. 43).

Vasapollo (2005, p. 89) afirma que “no Terceiro Mundo não é possível medir o desemprego porque não existem regras ou instrumentos capazes de calcular o número daqueles que tem um trabalho real”.

“Processo de Trabalho é a atividade em que o consumo de uma capacidade de trabalho ou força de trabalho humana transforma um objeto de trabalho definido, através do uso direto e/ou indireto de meios ou instrumentos de trabalho e tendo como resultado um produto” (EID, 2009, p. 1).

Para Eid (2009, p. 3) o processo de trabalho está dividido em 4 princípios:

1. O processo de trabalho artesanal é caracterizado por uma relação de total domínio do trabalhador sobre o objeto, meio e produto do trabalho.

O mestre-artesão concebe e executa todas as fases do processo de trabalho até a obtenção do produto.

Antes de passar a vender sua força de trabalho ao capitalista, ele era conhecedor de todas as etapas necessárias para a obtenção do produto. Decidia sobre como, quem e quando fazer cada fase da produção.

2. O processo de trabalho da manufatura divide o trabalho em várias parcelas, as quais são entregues cada uma para um trabalhador especializado.

O operário que antes mantinha o controle integral do processo de trabalho, agora está reduzido às etapas do processo de trabalho que se referem ao seu trabalho específico e perde o contato com o produto final.

Em outros termos, por um lado mantém o domínio dos meios de trabalho diretos, no entanto perde o controle sobre as condições para a execução das tarefas, que passam a ser organizadas por terceiros.

3. O processo de trabalho mecanizado se dá com a interposição da máquina entre o homem e o objeto de trabalho afastando ambos de qualquer relação direta. O trabalho do operário mantém somente a função de vigiar e supervisionar o processo de trabalho.

4. O processo de trabalho automatizado, diz respeito à substituição ou apoio ao esforço mental humano para a realização de determinadas séries padronizadas ou variadas de operações. Está relacionado à realização de um conjunto de operações sem a interferência imediata do homem.

Braverman (1997, p. 55) resume que o processo de trabalho capitalista começa com um contrato ou acordo que estabelece as condições da venda da força de trabalho pelo trabalhador e sua compra pelo empregador em troca de, normalmente, remuneração. O trabalhador faz o contrato de trabalho porque as condições sociais não lhe dão outra alternativa de obter rendimentos. O empregador, de outro lado, é o possuidor de uma unidade de capital que se esforça por ampliar e para isso converte parte dele em salários. Desse modo, põe-se a funcionar o processo de trabalho que embora seja, em geral, um processo para criar valores úteis, tornou-se agora especificamente um processo para expansão do capital, para a criação de um lucro, o qual será realizado na comercialização da mercadoria. A partir desse momento, o processo de trabalho é encarado puramente de um ponto de vista técnico, como simples modo de trabalho.

Por processo de trabalho entende-se: “atividade em que o consumo de uma capacidade de trabalho ou força de trabalho humana transforma um objeto de trabalho definido tendo como resultado um produto” (EID, 1996 de acordo com LAFORGA, p. 19). Já Palloix (1982, p. 69) discorre sobre processo de trabalho, assim o definindo: “o processo pelo qual matérias-primas ou outros insumos são transformados em produtos com valor de uso”. Esse processo é uma combinação de três elementos:

- atividade humana, ou trabalho, que é posto a funcionar como força de trabalho;
- o objeto (matérias-primas, produtos não acabados, entre outros), sobre os quais o trabalho atua;
- os meios (os meios em geral, habitualmente na forma de ferramentas ou maquinaria cada vez mais complexa) através dos quais o trabalho atua”.

Marx (1975) enfatiza que, os processos de trabalho são independentes da estrutura social em que estão inseridos. É um processo no qual o homem com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza, apropriando-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil a vida humana.

O desenvolvimento do processo de trabalho para Palloix (1982) foi marcado por determinadas fases ligadas a formas específicas da produção de excedente: cooperação, manufatura, maquinaria e fábrica. O surgimento da fábrica levou ao taylorismo, ao fordismo e

também à automação que hoje constitui o ponto de partida para uma possível evolução do processo de trabalho no capitalismo contemporâneo.

Segundo Marx (1975, p. 205)

no processo de trabalho a atividade humana opera uma transformação subordinada a um fim determinado, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho. O produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades do homem através da mudança de forma.

Assim no fim do processo do trabalho, o resultado que surge é aquele imaginado virtualmente na mente do trabalhador. Para Braverman (1997, p. 49 e 50): “o trabalhador não transforma apenas o material sobre o qual opera, mas imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade”.

Desse modo, a apreciação crítica do processo de trabalho implica uma perspectiva da tecnologia e da organização do trabalho como problemas políticos. Qualquer reorganização profunda exigiria, portanto, transformações na estrutura de poder e das formas de controle social (EID, 1998).

O processo de trabalho é uma condição natural eterna da vida humana na relação entre o Homem e a Natureza. O homem não transforma apenas a matéria sobre a qual opera, mas estampa sobre ela o projeto que tinha em mente, dando-lhe valor-de-uso através do seu modo de operar e dos meios que utilizou.

Marx (1975) esclarece que a produção capitalista só começa realmente quando um mesmo capital particular emprega de uma só vez, número considerável de trabalhadores para ampliar sua escala produtiva, fornecendo produtos no mercado em maior quantidade.

Já Palloix (1982), diz que a história do processo de trabalho está ligada ao desenvolvimento do sistema produtivo e ao movimento do capital e também com a ascensão de formas de divisão do trabalho, seja na coletividade dos trabalhadores, ou através das relações sociais. Só é possível compreender o processo de trabalho capitalista se compreender a relação entre o sistema produtivo e o movimento do capital.

Nisso, compreende-se que sistema produtivo é a forma pela qual a produção de valores de uso e de mercadorias é organizada. Essa organização ocorre no contexto de forças e relações de produção divididas de duas maneiras distintas: primeiro, nos diferentes setores da produção e depois, nas diferentes divisões da indústria.

É sabido que o trabalho humano é capaz de produzir mais do que consome. Esta capacidade de “trabalho excedente” é, por vezes, tratada como dote especial e contíguo da humanidade ou do seu trabalho. Braverman (1997, p. 58) diz que não é nada disso: “mas somente um prolongamento do tempo de trabalho para além do ponto em que ele se reproduziu”. Em outras palavras: é fruto de seus próprios meios de subsistência ou seu equivalente.

A capacidade característica da força de trabalho para produzir em favor do capitalista depois que ela se reproduziu é, portanto, nada mais do que o alargamento do tempo de trabalho para além do ponto em que ele poderia ter parado. Desse modo, a produção do produto excedente como a produção de mercadorias condiz com os processos de acumulação e valorização com o processo de trabalho.

Braverman (1997, p. 56) frisa que:

O que distingue a força de trabalho humana é, portanto, não sua capacidade de produzir um excedente, mas seu caráter inteligente e proposital, que lhe dá infinita adaptabilidade e que produz as condições sociais e culturais para ampliar sua própria produtividade, de modo que seu produto excedente pode ser continuamente ampliado. Do ponto de vista do capitalista esta potencialidade multilateral dos seres humanos na sociedade é a base sobre a qual se efetua a ampliação do seu capital.

Os aspectos de trabalho são agora reprimidos pelos aspectos sociais que o capitalista introduziu que são as novas relações de produção. Ao serem obrigados a vender sua força de trabalho, os trabalhadores também entregam seu interesse no trabalho que agora foi “alienado”. Assim, o processo de trabalho tornou-se responsabilidade do capitalista.

Deste modo, quando o capitalista compra imóvel, matéria-prima, ferramentas ou maquinaria podem avaliar com rigor seu lugar no processo de trabalho. Sabe que certa parcela de seu desembolso será transferida a cada unidade de produção e sua contabilidade o lançará sob o título de custos e depreciação. Mas quando ele compra tempo de trabalho, o resultado está longe de ser tão certo e tão determinado de modo que possa ser computado desse modo, com rigor e antecipação. Significa que a parcela de seu capital despendido na força de trabalho é a porção “variável”, sofre um aumento no processo de produção. A questão mais importante aí é de quanto será o aumento (BRAVERMAN, 1997, p. 59).

O processo de trabalho está densamente ligado ao sistema produtivo e ao movimento de capital ocupando uma posição central. O sistema produtivo e o movimento do capital são “dirigidos deliberadamente” para o processo de trabalho que é o coração real da economia.

Palloix (1982, p.65), sugere a divisão do processo histórico do processo de trabalho em quatro fases arranjadas em dois grupos. A cooperação e a manufatura caracterizando o processo de trabalho no período de transição entre o feudalismo e o capitalismo, e a maquinaria e a automação microeletrônica (informatização) integradas à organização capitalista do sistema produtivo e no movimento do capital.

Braverman (1997, p. 46) explana:

O que o trabalhador vende e o que o capitalista compra não é uma quantidade contratada de trabalho, mas a força para trabalhar por um período contratado de tempo. Essa incapacidade de comprar trabalho, que é uma função física e mental inalienável, e a necessidade de comprar a força para executá-lo é tão repleta de conseqüências para todo o modo capitalista de produção.

Assim a apropriação da valorização do trabalho subordinado ao capital é verificada na economia capitalista e tende a atingir seu limite máximo. Essa valorização do trabalho é intensificada de tal forma que se transforma numa exploração cada vez maior do trabalhador por parte do capitalista, pois ao transformar o trabalhador em mercadoria, é estabelecido um valor de troca com o trabalhador. E a este é pago uma quantia que garanta a subsistência e reprodução do trabalhador pelo trabalho concreto.

Marx (1985, p. 53) salienta que:

Devido a este caráter particular do processo capitalista de valorização, a forma real do capital no processo produtivo – a sua forma como valor de uso – sofre também uma modificação. Em primeiro lugar, a massa dos meios de produção disponível deve ser suficiente não só para absorver o trabalho necessário, mas também o trabalho excedente. Em segundo lugar modificam-se a intensidade e a extensão do processo real do trabalho.

Para a geração deste excedente, busca-se a sobreposição do trabalho morto (instalações e equipamentos adquiridos advindos do trabalho vivo) sobre o trabalho vivo (mão-de-obra). Desta forma, o processo capitalista de valorização é caracterizado pelo capital personalizado no empresário capitalista e no trabalho personalizado do operário. Verifica-se então que na economia capitalista, trabalhar é colocar em movimento um conjunto de relações sociais apregoadas na tecnologia e na organização do trabalho (SEVERINO, 2004 p. 27e 28).

Marx (1975, p. 69) frisa que “o processo de trabalho é um processo de transformação da natureza; enquanto que o processo de produção é integração entre o processo de trabalho com as relações de produção. O trabalho é a cristalização da força de trabalho”.

No processo de trabalho em si, Marx (1985, p.75) frisa que “o operário emprega os meios de produção. No processo de trabalho que é simultaneamente processo capitalista de produção, os meios de produção empregam o operário, de tal sorte que o trabalho só aparece como um meio graças ao qual determina quantidade de valor.”

Segundo ele os elementos que compõem o processo de trabalho são o trabalho, o objeto de trabalho e o instrumental de trabalho. O processo de trabalho está diretamente relacionado ao desenvolvimento dos modos de organização da produção e à acumulação e valorização do capital à ascensão das diferentes formas de relações sociais e de produção e trabalho. Por sua vez, para Johnson (1967, citado em VAZZOLER, 2004), os motivos para se participar de uma organização estão inteiramente ligados aos fatores que favorecem a identificação com a organização e são eles:

- quanto maior o número de necessidades satisfeitas na organização, mais forte a identificação com ela;
- quanto maior a compreensão de que se compartilha das metas da organização, maior a identificação com ela;
- quanto mais se observar o prestígio da organização, mais forte a identificação com ela;
- quanto menor for a competição na organização, mais forte a identificação;
- quanto maior a inteiração na organização, mais forte a identificação.

O processo de trabalho transforma então os materiais da natureza e se faz necessário no processo produtivo integrando as relações de aperfeiçoamento. Para tanto, são necessários alguns elementos para solidificar o processo de “pôr em obra”, que é o próprio trabalho. Seu objeto e instrumentos ou meios de trabalho para solidificar esse agir e atuar.

Eid (1998) apresenta as características dos historicamente identificados no modo de produção capitalista, assim:

1. “O processo de trabalho artesanal é caracterizado por uma relação de total domínio do trabalhador sobre o objeto, meio e produto do trabalho. O mestre-artesão concebe e executa todas as fases do processo de trabalho até a obtenção do produto. Antes de passar a vender sua força de trabalho ao capitalista, ele era conhecedor de todas as etapas necessárias para a obtenção do produto. Decidia sobre como, quem e quando fazer cada fase da produção. No final do processo, comercializava ou consumia seu produto.
2. O processo de trabalho da manufatura divide o trabalho em várias parcelas, as quais são entregues cada uma para um trabalhador especializado. O ex-artesão, antes,

mantinha o controle integral do processo de trabalho. Enquanto o operário controla apenas as etapas do processo de trabalho que se referem ao seu trabalho específico, perdendo contato com o produto final. Em outros termos, por um lado mantém o domínio dos meios de trabalho diretos, no entanto, perde o controle sobre as condições para a execução das tarefas, que passam a ser organizadas por terceiros.

3. O processo de trabalho mecanizado se dá com a interposição da máquina entre o homem e o objeto de trabalho afastando ambos de qualquer relação direta. O trabalho do operário mantém somente a função de vigiar e supervisionar o processo de trabalho.
4. O processo de trabalho automatizado, diz respeito à substituição ou apoio ao esforço mental humano para a realização de determinadas séries padronizadas ou variadas de operações. Está relacionado à realização de um conjunto de operações sem a interferência imediata do homem. A tecnologia não é considerada uma variável independente e exógena, a qual pode medir os "efeitos" sobre a organização do trabalho, as qualificações e as "necessidades de formação".

Por tecnologia pode-se entender como o conjunto de movimentos de apropriação pela empresa no quadro de sua estrutura através de decisões estratégicas, essas combinam simultaneamente objetivos econômicos, meios técnicos e organizacionais e potencialidades profissionais de seus assalariados. Por novas tecnologias, considera-se que não é unicamente a criação e uso de novas ferramentas ou máquinas, mas também a adequação com as novas técnicas de gestão da produção, de novas formas de ordenamento dos modos operatórios e de novas técnicas de organização do trabalho.

2.3 Precarização

Os processos de participação dos indivíduos nos métodos de suas tarefas possibilitam ao homem exercer suas capacidades intelectuais, proporcionando ambientes de trabalho melhores e, conseqüentemente melhores condições de vida.

Nas últimas duas décadas, a sociedade moderna presenciou intensas transformações, entre essas, mudanças no sistema de produção. Por sua vez, a reestruturação produtiva e as mudanças organizacionais, dentre outros aspectos, acarretam elevação no número de desempregados e da precarização do trabalho colaborando no aumento da

degradação ambiental o que gera gradativamente uma mudança na estrutura social (ANTUNES, 2008).

Algumas redes de empresas combinaram trabalho artesanal e inovações tecnológicas, constatando uma capacidade empresarial inovadora muito grande. Isto proporcionou acesso a mercados cada vez mais exigentes e diversificados, possibilitando até mesmo exportações, muitas vezes realizadas diretamente pelas pequenas empresas, sem se submeter às grandes corporações italianas.

Para Ferreira *et al* (1991), a especialização produtiva regional ocorre devido à existência de alguns condicionantes históricos na região, tais como: forte presença de movimentos cooperativos, a influência marcante do Partido Comunista Italiano apoiando pequenas e médias empresas e um forte movimento operário.

Novas formas de organização da produção e do trabalho baseadas na flexibilização parecem se consolidar na economia internacional. Ao observar a nova organização do trabalho percebe-se que esta é cada vez mais caracterizada pela precariedade, pela organização flexível e desregulamentação do trabalho. O medo de perder seu posto de trabalho impõe aos trabalhadores novos padrões predatórios de seu uso pelos empresários capitalistas e pelos governos liberais. É o mal-estar no próprio trabalho, de viver dele e para ele (o trabalho), do avanço tecnológico vinculado à consciência de que este não atende mais às suas necessidades sociais. Esse é o processo que dentro do viver social é em sua totalidade precarizado.

A partir da década de 1980 com as sucessivas crises econômicas internacionais houve alteração na dinâmica do mercado de trabalho. Surge pela primeira vez o desemprego urbano de longa duração, quando o trabalhador não encontra trabalho decente a mais de um ano continuamente. A partir desse momento que se observa a intensiva precarização no mercado formal de trabalho. Naquele momento pensou-se na proposição de que um aumento de produção levaria a um aumento proporcional de nível de emprego. No desenho do mercado globalizado, as empresas capitalistas se vêem obrigadas a investir na reestruturação da produção e em mudanças organizacionais para manter suas atividades e conquistar novos espaços. Indispensável nesse cenário competitivo é reduzir custos e suprimir postos de trabalho. Elevando a produção reduz-se o nível geral do emprego formal.

Desde o início dos anos 1990, assiste-se o aprofundamento do desemprego de longa duração e a inserção do Brasil no campo das estratégias de liberação política e econômica. Surgem discursos de que o desenvolvimento econômico e o crescimento do emprego decorreriam da livre ação do mercado. O que significou foi a desregulamentação

social para aumento da transferência de renda ao capital. O rearranjo da divisão do trabalho e sua crescente precarização vai de encontro aos interesses dos donos dos meios de produção que demandam a força de trabalho, auxiliados pela circulação de capitais e comércio da globalização, adicionados à revolução tecnológica.

Os efeitos causados pela globalização não causam de forma direta aumento no número absoluto de pessoas sem trabalho, mas contribui de forma para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir, na medida em que as empresas capitalistas, para sobreviverem, precisam se manter competitivas.

Embora seja intensamente discutido em todos os meios, não há uma clara definição para o mercado de trabalho. Um grande número de autores está mais preocupado em comentar sobre os indicadores econômicos do que com sua definição. No entanto, fica claro de que o mercado de trabalho é formado por segmentos ocupacionais organizados (ou formais) e não-organizados (informais), além de estar dividido em três grandes setores: primário (agricultura); secundário (indústria) e terciário (prestação de serviços).

Sob a perspectiva de Singer (1999, p. 81) encontrar “um caminho que concilie as potencialidades de liberação de um mercado competitivo com os controles institucionais na busca da redução sistemática da desigualdade e das exclusões sociais parece ser o maior desafio nesse início de milênio.”

É nesse sentido proposto por Singer que a Economia Solidária pode ser uma alternativa possível ao processo de exclusão social, econômico, político e educacional, inclusive no combate à precarização das relações de trabalho e das condições de trabalho, possibilitando melhoria na qualidade de vida aos trabalhadores precarizados. Trata-se de uma alternativa ainda recente e que deve ser adequada à realidade do mercado de trabalho e às características do trabalhador brasileiro.

Adequar os postos de trabalho, discutir, avaliar e buscar alternativas para redução no processo do desemprego generalizado para intensificar as atividades e esmero aos trabalhadores pode significar a inclusão social destes.

As cooperativas populares surgem então, notadamente a partir dos anos 1980 e principalmente nos anos 1990, como uma forma de oposição ao absolutismo fabril e ao planejamento e controle patronal e gerencial. Criadas na perspectiva da autonomia pelos trabalhadores e apresentam-se como um instrumento real de redução da truculência e do desemprego estrutural da época.

2.4 Alternativas

O aparecimento em escala crescente, de empreendimentos populares baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão, é hoje fato indiscutível em nossa paisagem social, ademais de ser um fenômeno observado em muitos países.

Gaiger (2002, p. 9) assim concebe:

Essas iniciativas econômicas representam uma opção ponderável para os segmentos sociais de baixa renda, fortemente atingidos pelo quadro de desocupação estrutural e pelo empobrecimento. Estudos a respeito, em diferentes contextos nacionais, indicam que tais iniciativas, de tímida reação à perda do trabalho e a condições extremas de subalternidade, estão se convertendo em um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda, por vezes alcançando níveis de desempenho que as habilitam a permanecerem no mercado com razoáveis perspectivas de sobrevivência.

2.4.1 Economia Solidária

Para sair do desemprego ou da exclusão do trabalho, os trabalhadores buscam por novas alternativas de fonte de renda às atividades econômicas dos empreendimentos solidários no Brasil agrupando-se em atividades igualitárias para garantir melhor fonte de renda.

Para Chacon (1959, *apud* VAZZOLER, 2004, p. 34), as mais antigas experiências comunitárias e as mais duradouras teriam sido realizadas na agricultura. As antigas comunidades agrícolas baseavam-se tradicionalmente em comunidades familiares, em que a propriedade era coletiva e indivisível.

O conceito de economia solidária para Vazzoler (2004, p. 34) está diretamente ligado ao conceito de cooperativismo que atualmente é amplamente utilizado com variadas acepções, porém todos giram em torno da idéia de solidariedade em contraste com individualismo competitivo que caracteriza o capitalismo atual.este conceito se refere à organização de produtores, consumidores, prestadores de serviços, etc. que se diferenciam em dois aspectos: estimulam a solidariedade mediante a autogestão e praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, auxiliando os mais desfavorecidos.

Crê-se que o surgimento da economia solidária vem de muitas dimensões e sob diversas perspectivas. Mas é certo que sua origem provém de movimentos de operários e de trabalhadores que lutavam por uma nova forma de reestruturação, frutos da crise econômica

da época, onde a classe trabalhadora busca então alternativas de participação na empresa e novas formas de relações de trabalho.

As origens sobre o conceito de “economia solidária” são determinadas por vários autores de forma difusa. Genauto (2002, p. 19), confirma as confusões em torno dos termos de Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Popular que são abundantes. Ligadas a distintas interpretações sobre o papel e práticas que desempenham as organizações diante do mercado. A principal condição para entender as diferenças entre esses termos deve se dar sobre os contextos específicos da realidade de cada uma delas.

A proposta da Economia Solidária surge da experiência prática de trabalhadores que ao longo da história, em diversos países, vêm procurando alternativas frente à desigualdade e à marginalização produzidas pela competição e relações de subordinação, características do capitalismo. Além disso, a Economia Solidária envolve a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural. Isto porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de Economia Solidária se projetam no espaço público, no qual estão inseridas, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável (ITCP/USP. 2006, p. 4)¹.

Muitas são as versões sobre a origem da economia solidária. Lechat (2002, p. 1) entatiza:

Não permite falar do surgimento de uma nova realidade com início datado e registrado, pois os processos são demorados e o que nós chamamos de novo recobre, em geral, fenômenos antigos reinterpretados, modificados pelas novas condições sócio-históricas e que, em determinado momento, começam a tornar-se significativos resgatar as origens da economia solidária e de seus conceitos.

Eid et al (2001, p. 81) traduz que a economia solidária:

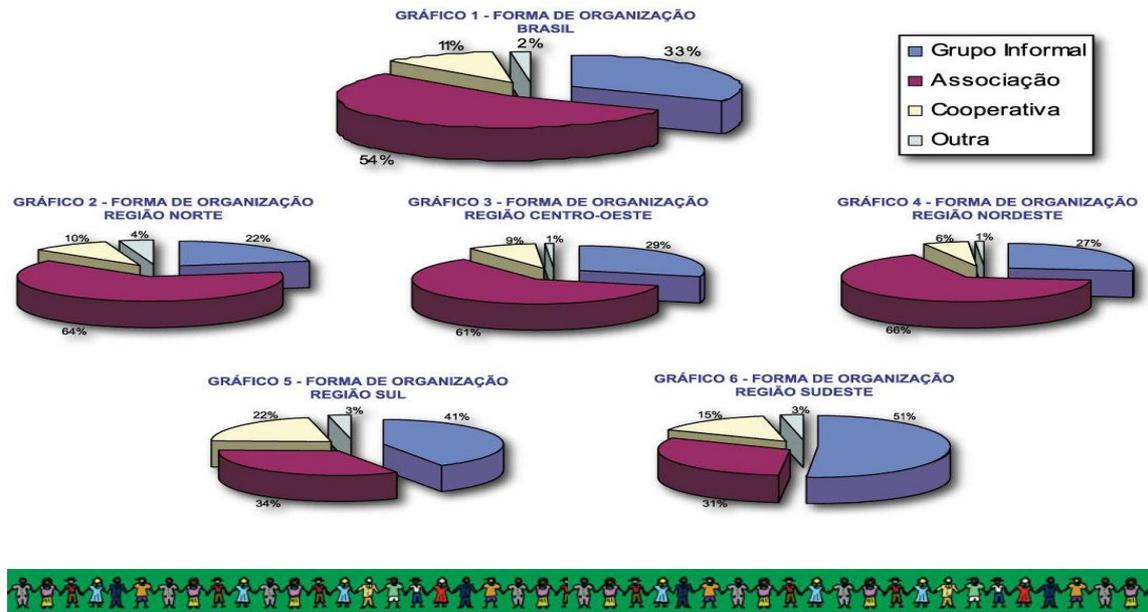
pode ser uma alternativa possível ao processo de exclusão social, econômico, político e educacional, inclusive o combate a precarização das relações de trabalho, das condições de trabalho à realidade do mercado de trabalho e às características do trabalhador brasileiro.

Os empreendimentos econômicos solidários – EES – segundo a visão de Eid et al (2001, p. 85) “podem explicar um novo e complexo tecido social, no qual os setores populares desenvolvem suas atividades produtivas, cujo objetivo não é, prioritariamente, a acumulação de capital, mas a sobrevivência de quem neles trabalha.”

¹ ITCP – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares é o organismo principal das Incubadoras Tecnológicas

No âmbito das experiências da economia solidária as formas de organização no Brasil, segundo dados do Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES) no ano de 2008 estavam divididas em grupo informal, associação, cooperativa e outras distribuídas pelas regiões conforme a figura 1:

Formas de Organização



Fonte: Sies, www.sies.mte.gov.br Acesso em 22 junho de 2008

FIGURA 1 – Formas de Organização vinculadas à Economia Solidária no Brasil

Pode-se visualizar na figura 1 que os tipos de organização denominados de associação e grupos informais estão representados em números maiores em todo o Brasil. Os maiores números se encontram nas regiões nordeste e norte com 66%, e 64% respectivamente. Na região centro-oeste do Brasil onde a pesquisa foi realizada, percebe-se que o número de associações ultrapassa os 60%, enquanto que o número de cooperativas representa 9% do total.

Assim uma alternativa para reduzir o dilema do desemprego é oferecida aos trabalhadores que optam em organizar-se nessa nova construção de maneiras de trabalho, surgindo assim novas formas organizacionais.

Taule persiste ao consolidar que existem traços característicos especiais nos empreendimentos solidários e assim estão distribuídos:

- a reciprocidade colocada no cerne de sua passagem à ação econômica, as pessoas se associam numa base voluntária com o objetivo de satisfazer as necessidades sociais e culturais;

- a vontade de empreender é coletiva. Não se busca o retorno sobre o investimento individual;
- tais iniciativas se perenizam combinando fontes recursos mercantis, não-mercantis e não-monetários (financiamento híbrido: estático, receitas autogeridas e contribuições voluntárias);
- estas experiências organizam-se dentro de uma dinâmica cidadã favorecendo a criação de espaços públicos de proximidade (TAUILE, 2001, p. 2).

No que tange ao movimento de Economia Solidária, difundido mais após o fim da década de 80 no Brasil, percebe tratar-se claramente de uma prática social e econômica de forma diferenciada. Tem início com uma ação conjunta de trabalhadores, ora excluídos do mercado formal de trabalho, que, buscam através da auto-organização, constituir empreendimentos coletivos de produção e/ou serviços visando obtenção de trabalho e renda, assumindo empresas falidas ou em dificuldades para sua auto-sustentação.

O aspecto sinalizador desse tipo de empreendimento é a pluralidade de identidades, onde a idéia que impera é a da cooperação, companheirismo, colaboração, comunidade, coletividade, coordenação, como valores que distinguem uma ação comunitária e solidária.

Eid e Lianza (2004, p. 8 a 13), enfatizam que: "No Brasil, desde meados dos anos 80, vem se desenvolvendo em diversas regiões do país experiências de geração de trabalho e renda de forma solidária e associativa".

Esse processo ocorre a partir da estruturação de empreendimentos econômicos solidários, de forma a colocar novos desafios, dentre esses, a necessidade da formação continuada e integrada no plano técnico, administrativo e político, como elementos fundamentais para buscar o equilíbrio entre a dimensão social e econômica

O Ministério do Trabalho e Emprego (2008) concluem que os Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil são aquelas organizações:

- Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados.
- Permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica.
- Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.
- Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização.

- São singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares.

No ano de 2007 os principais empreendimentos que atuavam no movimento de Economia Solidária no Brasil assim permaneciam distribuídos (ITCP, 2007, p. 4):

- Cooperativas industriais;
- Empreendimentos populares;
- Movimentos sociais;
- Sindicatos;
- Fóruns Municipais, Estaduais e Fórum Brasileiro de Economia Solidária;
- Políticas públicas de fomento à Economia Solidária;
- Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

São milhares de empreendimentos como esses, em todo o país, produzindo, vendendo, comprando solidariamente, gerando trabalho e renda e cujas raízes históricas da Economia Solidária no Brasil são mais recentes se apresentam de forma peculiar com características e evolução próprias .

No estado de Mato Grosso, onde esta pesquisa foi realizada, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE – o total de empreendimentos solidários era de 735 unidades cadastradas em 2007. As principais formas de organização eram distribuídas entre associações, com 492 unidades, grupos informais com 194 e cooperativas com 53 unidades. Até o ano de 1980 o estado de Mato Grosso concentrava 11 empreendimentos solidários. Na década seguinte passou a ter mais 82 unidades; até o ano de 2000 já eram 374 unidades e fecha o ano de 2007 com 735 empreendimentos cadastrados (SIES, 2007)². Destes apenas 40% possuíam CNPJ.

Assim sendo, a Economia Solidária não pode ser vista apenas como um movimento econômico. É necessário que esteja ligada a outros movimentos sociais que buscam a melhoria de qualidade de vida da população em geral.

Atualmente, a capacidade multiplicadora dos empreendimentos de Economia Solidária depende muito desses instrumentos criados, e assim:

O que impede a economia solidária a se difundir com força cada vez maior, já não é mais a demanda das vítimas da crise, mas a expansão do conhecimento do que é a tecnologia social, econômica e jurídica de implementação da economia solidária.

² Disponível em: < <http://www.mte.gov.br> >. Acesso em 18 jul 2011.

Centenas de iniciativas, que tendiam antes a ficar isoladas e por isso debilitadas, a partir dos últimos anos passam a receber a atenção e o apoio de instituições especializadas como a ANTEAG, MST, incubadoras, UNISOL, Cáritas, entre outras (SINGER, 2002, p. 127).

Ao surgir os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no Brasil a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SIES, 2007) informa alguns números percentuais sobre os quais seriam os principais motivos para criação dos empreendimentos solidários:

1 - Alternativa ao desemprego (31%) 2 - Complementar a renda (14%) 3 - Ganhos em atividade associativa (16%) 4 - Acesso a financiamento (14%)

Os números divulgados pela Secretaria sobre as formas de organizações de empreendimentos econômicos solidários existentes no Brasil no ano de 2007 eram assim distribuídos: 52% eram associações, cooperativa de 10%, empreendimentos informais 36 % e outros somando 2%.

Sendo assim, percebe-se que o principal motivo para criação de EES no Brasil aconteceu principalmente por buscar novas alternativas ao desemprego existente no país para produzir e comercializar produtos garantindo uma fonte de renda, e a forma encontrada foi a de criar associações para realizar a comercialização e produção de bens.

Nos últimos anos, a economia solidária vem recebendo crescente apoio de governos municipais e estaduais. O número de programas de Economia Solidária tem aumentado, com destaque para os bancos do povo, empreendedorismo popular solidário, capacitação, centros populares de comercialização etc. Fruto do intercâmbio dessas iniciativas, existe hoje um movimento de articulação dos gestores públicos para promover troca de experiências e o fortalecimento das políticas públicas de economia solidária.

2.4.1.1 Cooperação

O princípio de cooperação, segundo Palloix (1982), reside na coordenação dos processos de trabalho baseados nos ofícios – “ofício” aqui usado tanto na acepção social como no sentido técnico – processos distribuídos sob o controle do proprietário do capital, que detém em suas próprias mãos o poder de selecionar e determinar valores de uso particulares.

Na cooperação o capitalista detém em suas mãos o poder de selecionar e determinar valores de uso particulares, mas não interfere no processo de trabalho em si, no processo de transformação da matéria-prima em produto. Assim a cooperação abre caminho à formação do trabalhador coletivo, no qual cada trabalhador individual é

apenas parte do todo e uma função do tempo de trabalho social (PALLOIX, 1982, citado por SEVERINO e EID, 2004, p. 32).

A cooperação como processo de trabalho transitório, existiu dentro do quadro da pequena produção de mercadorias. Do ponto de vista da força de trabalho, ela apenas abre caminho à formação do trabalhador coletivo, onde cada trabalhador individual é apenas parte do todo e uma função do tempo de trabalho social. Esta é apenas a primeira etapa da existência social do trabalho concreto, base da produção artesanal.

Weber (1973) chama a atenção que, no caso do associado de uma cooperativa, a identificação do associado à cooperativa não é algo puramente subjetivo, mas também objetivo, pois resulta do fato dos associados serem donos e usuários da organização. Pelo critério de identidade, os associados podem impor seus interesses, pois a organização cooperativa deve responder aos desejos da maioria dos associados. A participação é decorrência do princípio de identidade, os associados participam da organização duplamente usufruindo os benefícios por ela proporcionados e tomando parte do processo decisório.

Dentro dos diferentes tipos de cooperação, há formas tradicionais de ênfase capitalista conhecidas como as grandes cooperativas de produção – muitas agrárias – de crédito, de consumo, escolares, médicas, dentre outras. Onde a lógica interna não é a democracia, mas a de que, entre seus membros, quem possuir mais cotas-parte têm direitos maiores sobre os que possuem menos cotas, prevalecendo a idéia de subordinação altamente combatida pelo cooperativismo original.

2.4.1.2 Manufatura

O princípio da manufatura, segundo Palloix (1982) equivale a uma extensão do princípio anterior. A cooperação definida como simples é, efetivamente uma justaposição e uma coordenação dos processos de trabalho baseados nos ofícios de artesanatos, que na realidade não modifica os próprios processos.

A decomposição e recomposição do trabalho baseado no artesanato visam principalmente aumentar o excedente, criando uma maior intensidade do trabalho. Esse aumento na intensidade é obtido transformando forças de trabalho essencialmente baseadas no artesanato em trabalho coletivo (comentar-se-á no tópico a seguir). Recompondo, reorganizando, hierarquizando os processos individuais de trabalho que a partir de então são

fragmentados, e cujo produto social é levado ao máximo, dado o nível das forças produtivas – ferramentas, qualificações.

A manufatura acaba então por enfrentar não apenas a estreiteza de sua base produtiva, mas também, e acima de tudo, o processo contraditório da força de trabalho, que continua organizado em torno dos ofícios. Esse dado faz com que ainda seja necessária a existência de uma ampla camada de trabalhadores qualificados, treinamento prolongado e autonomia dessa camada de artesãos, que se transformaram em trabalhadores de manufatura, mas cuja origem social se localiza nas artes e ofícios do passado (PALLOIX, 1982, p. 78).

Assim, o artesão transforma-se num trabalhador, acarretando profundos efeitos nas relações sociais que surgem do processo de desqualificação técnica e de hiperqualificação da força de trabalho dentro da manufatura como resultado da fragmentação das tarefas.

Tudo isso acontece num período em que é necessário, simultaneamente, desvalorizar essa força de trabalho, agora que o processo de fragmentação e desqualificação está em andamento. Isso é obtido em última análise, pela introdução da maquinaria e da fábrica moderna.

2.4.1.3 Trabalhador coletivo

A combinação de especialização na produção de mercadorias e divisão social do trabalho envolve diferentes processos de trabalho. Nos ramos industriais onde são produzidas diferentes mercadorias, dá origem a uma “separação” entre o trabalho complexo e o trabalho simples.

Surge daí a base da hierarquia do trabalho dentro do processo de trabalho e, por conseguinte, uma hierarquia de salários, que é toda base do processo hierárquico dentro da empresa.

A crescente diferenciação entre as camadas sociais e a formação de classes é uma ação natural do desenvolvimento da divisão do trabalho. A existência dessas classes sociais diferenciadas, no sistema capitalista pressupõe uma divisão de trabalho bem definida, uma divisão de trabalho articulada com o processo de trabalho.

Com a manufatura, as várias atividades de trabalho centralizadas nos ofícios são decompostas e reorganizadas, introduzindo com isso uma divisão do trabalho e uma fragmentação das tarefas, embora o artesanato continue sendo a base do trabalho. Nesse processo, vários tipos de trabalho, baseados em velhos ofícios agora

reorganizados, tornam-se independentes, surgindo daí o trabalhador coletivo a quem o trabalhador individual se torna subordinado (PALLOIX, 1982, p. 77).

A incorporação do processo de trabalho na lógica do sistema capitalista exige não somente uma divisão no trabalho na atividade produtiva e uma divisão social. Exige também uma divisão do trabalho nas relações sociais, envolvendo a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, que complementa e apóia a separação entre trabalho simples e complexo com importantes efeitos sobre o treinamento e a desqualificação dos trabalhadores.

Por gestão da força de trabalho, entende-se que as empresas devam resolver problemas com a mobilização e a alocação dos empregados em postos de trabalho fixos ou a funções. A passagem de extraordinárias mudanças na gestão da força de trabalho constitui-se a empresa capitalista de hoje, cujo trabalho se reforça de forma integrada com o recente processo de modernização tecnológica.

2.4.1.4 Trabalhador Rural

O trabalho rural é a atividade econômica de cultura agrícola, pecuária, reflorestamento e corte de madeira. Nele se inclui o primeiro tratamento dos produtos agrários in natura sem transformação de sua natureza, tais como o beneficiamento, a primeira modificação e o preparo dos produtos agropecuários e hortifrutigranjeiros e das matérias-primas de origem animal ou vegetal para posterior venda ou industrialização e o aproveitamento dos seus produtos oriundos das operações de preparo e modificação dos produtos in natura supra citados.

Os preceitos constantes da Consolidação das Leis do Trabalho, salvo quando for, em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam aos trabalhadores rurais, assim considerados aqueles que, exercendo funções diretamente ligadas à agricultura e à pecuária, não sejam empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações, se classifiquem como industriais ou comerciais (alínea b do artigo 7º da CLT). São aplicáveis aos trabalhadores rurais os dispositivos constantes dos Capítulos I, II e VI do Título IV da CLT. No contrato de trabalho agrícola é lícito o acordo que estabelecer a remuneração in natura, contanto que seja de produtos obtidos pela exploração do negócio e não exceda de um terço do salário total do

empregado (artigos 505 e 506 da CLT). Não se aplicam ao trabalhador rural, por analogia, os benefícios previstos na Lei 6.367/76, que dispõem sobre o seguro de acidentes do trabalho³

Para o DIEESE é considerado como trabalhador rural a pessoa física que presta serviços nas propriedades rurais na agricultura, pecuária e similares, de qualquer natureza, mediante recebimento de salário. Considera-se agricultores familiares todos os pequenos(as) agricultores, proprietários ou não (parceiros, meeiros, comodatários, arrendatários), que possuam o número de módulos rurais em conformidade com as normas legais vigentes, que exerçam atividade rural em regime de economia familiar, assim entendido os trabalhadores no reflorestamento hortifrutigranjeiros assentados e parceiros da reforma agrária, pescadores, garimpeiros artesanais trabalhadores na área de cana e avicultura tratorista rural os que trabalham com artesanato rural, piscicultura, suinocultura, apicultura etc. e que o trabalho é exercido por membros da mesma família, executando em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com ajuda eventual de terceiros no sistema de mutirão ou troca de dia de serviço, que trabalham por conta própria e não tenham empregados.

2.4.2 Cooperativismo

Vazzoler (2004, p. 35) comenta que:

“o cooperativismo (na forma como hoje é conhecido) surge a partir das ações de resistência da classe operária inglesa à introdução do capitalismo que desestruturava as antigas corporações de artesãos de ofícios. Elas foram contemporâneas aos primeiros sindicatos tanto em termos históricos quanto de objetivos. A classe trabalhadora abria duas frentes de luta, uma através de greves e a outra criando aldeias e empresas cooperativas autogeridas pelos trabalhadores.”

Como definição de cooperativismo temos:

“uma disciplina que propugna a organização da coletividade baseada na associação representativa dos interesses e das atividades profissionais (corporações). Propõe, graças à solidariedade orgânica dos interesses concretos e às fórmulas de colaboração que daí podem derivar, a remoção ou neutralização dos elementos de conflito: a concorrência no plano econômico, a luta de classes no plano social, as diferenças ideológicas no plano político” (BOBBIO, 1997, p. 287).

A cooperativa configura-se como uma organização na qual todos os cooperados “devem em conjunto decidir as questões políticas, estratégias e produtivas.” (RUFINO, 2002 p. 4)

³ Mais informações em <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/292411/trabalhador-rural>. Acesso em 19 out de 2011.

Rufino (2002, p. 3) salienta que: “a cooperativa pode ser entendida como uma empresa humana, em contraposição a empresa tradicional.”

Uma cooperativa segundo Rios (1987, p 15): “é uma associação de pessoas e não de capitais; a assembléia dos associados tem o poder último de decisão; as sobras financeiras, ao final do exercício fiscal, são divididas entre os associados.”

A peculiaridade da cooperativa é a autogestão. Trata-se de uma empresa fundamentada no trabalho, na atividade realizada em comum, na pessoa, que é quem realiza a atividade.

Um dos grandes desafios da autogestão nas cooperativas é segundo Rufino (2002, p.4) “conciliar e assegurar os princípios cooperativistas com a auto-sustentação no mercado. O mercado exige que as cooperativas sejam competitivas, não sendo relevante a estrutura interna de gestão da empresa, mas sim a qualidade dos produtos e serviços.”

Portanto para que as cooperativas obtenham estratégias competitivas no mercado e preservem seus princípios:

deverão ser adotados elementos necessários à sua sustentação (qualidade técnica, produtividade, conquista de mercado, ampliação do capital) de modo que a racionalidade e a otimização das potencialidades de cada trabalhador e de cada procedimento sejam convertidas em benefício de todos os trabalhadores e da cooperativa (RUFINO, 2002, p. 4).

As cooperativas autogestionadas têm diferentes princípios de uma organização tradicional. Estes princípios se baseiam na autogestão, democracia, participação dos cooperados, igualitarismo nos votos em assembleias, cooperação no trabalho, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

Para o mercado, entretanto, não importa sua estrutura interna de gestão, mas a qualidade e eficiência de seus produtos e serviços em termos competitivos. Para que isto ocorra as estratégias competitivas das cooperativas autogestionadas deverão estar voltadas para adoção de elementos necessários a sua sustentação, buscando a racionalidade e otimização das potencialidades de cada trabalhador para o benefício de todos os cooperados. (RUFINO, 2002, p. 4)

Assim, o caminho do cooperativismo precisa ser levantado pelos trabalhadores e suas organizações, com vistas a suplantarem a cultura da delegação e criar um ambiente favorável para que tais trabalhadores tornem-se sujeitos conscientes e ativos do seu próprio desenvolvimento, superando comportamentos individuais formados em contextos autoritários, preconceituosos e burocráticos, cuja cultura está fundamentada na subordinação.

2.4.2.1 Gestão dos Empreendimentos Solidários

Muitos empreendimentos cooperativos vêm passando por um intenso processo de reformulação de suas diretrizes de gestão. Chiarello (2008, p. 29) acrescenta:

no que diz respeito à configuração de seu quadro de associados e na orientação das atividades produtivas, comerciais e financeiras do empreendimento. Essa reformulação visa promover uma nova adequação de sua estrutura interna, a começar pela composição de seu quadro societário, primando por ter entre seus associados produtores com um perfil mais agressivo em relação aos requisitos para a concorrência num mercado globalizado. A reestruturação dos empreendimentos cooperativos vai ao encontro da seleção de sócios com certo nível de cultura administrativa, habilitados a gerir sua produção de forma eficiente, além da capacidade de realizar aportes de capital para alavancar as atividades da cooperativa. O perfil ideal do cooperado deixa de ser o do indivíduo que objetiva apenas a sua subsistência, demandando is serviços da cooperativa para uma operacionalidade mínima de suas atividades produtivas.

O sistema de gestão de modo geral não acontece necessariamente da mesma forma nas empresas. Na definição de Rufino (2002, p. 3) a heterogestão seria “o oposto da autogestão, isto é, a gestão é gerida por outra pessoa, que pode ser os gerentes (Diretores, Administradores, Engenheiros) e/ou pelo(s) dono(s) da empresa. A heterogestão é o modelo de gestão mais comum encontrada nas empresas.”

Já a co-gestão na perspectiva da mesma autora (RUFINO, 2002, p. 3):

É um nível mais avançado da participação, onde não é só a participação nos lucros, a qual o trabalhador deva estar interessado. Ele pode se manifestar ao nível da organização do trabalho (na maior parte dos casos) e/ou no nível político global da empresa (co-direção). Esses tipos de participação são conseguidos motivando os trabalhadores a atenuar a monotonia de suas tarefas, mobilizando-os numa forma de auto-organização ao nível da produção.

A heterogestão é compreendida como gestão do proprietário da organização ou outra pessoa contratada para o mesmo fim, enquanto a co-gestão adquire nível mais avançado que motiva o trabalhador na participação tanto nos lucros como no nível da organização do trabalho.

Para sua conservação e manutenção no mercado, toda empresa deve pensar nas questões relacionadas à tomada de decisão seguras e confiáveis que envolvem as ações financeiras, comerciais, contábeis, fiscais, recursos humanos, de produção, suprimentos, distribuição e demais atividades inerentes a estrutura da organização.

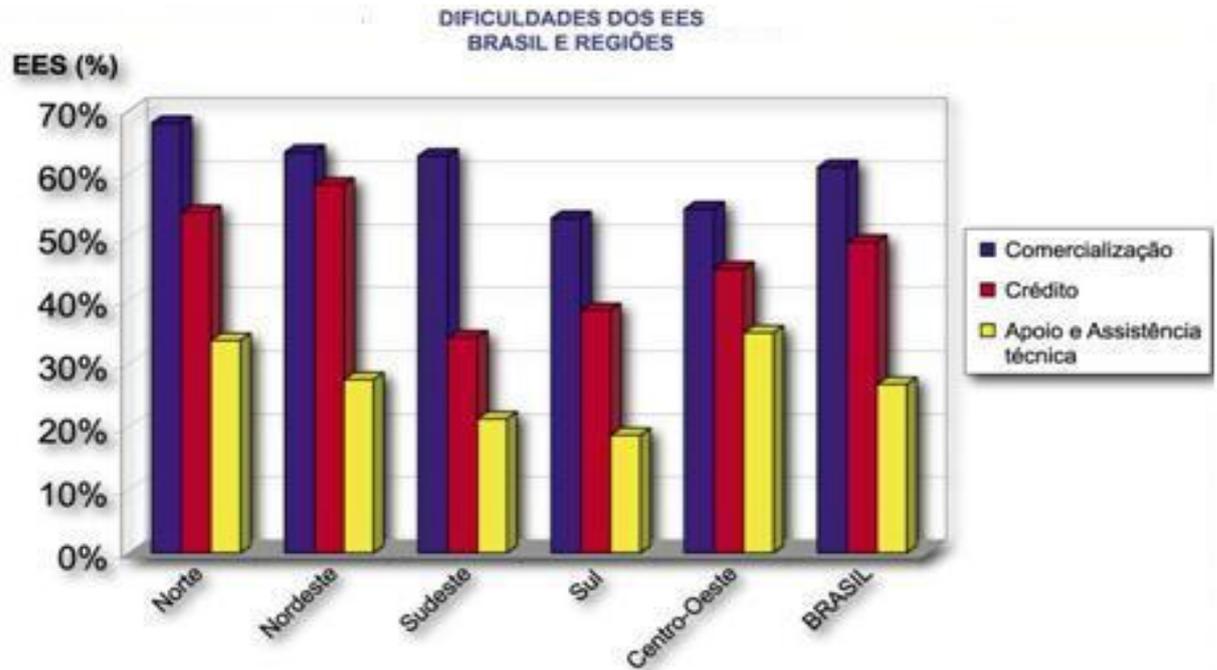
No campo das cooperativas autogestionárias, não se encontra no mercado soluções de gestão empresarial voltadas especificamente a estas organizações. Os modelos existentes para estas questões são aplicados no mercado separadamente ou até mesmo com o

apoio da tecnologia. No entanto, o que está disponível é voltado a empresa tradicional, principalmente para grande e média empresa ou instituições públicas (RUFINO 2002, p. 5).

O fato de as cooperativas autogestionárias apresentarem peculiaridades organizacionais, fiscais, jurídicas, contábil, patrimonial e não visando ao lucro, as diferencia das demais organizações. Partindo daí uma necessidade de se ter uma solução específica, com metodologia adaptada a sua forma organizacional. Existem organizações como as ITCP's, ANTEAG, UNISOL, que estão realizando pesquisas sobre a adequação metodológica desses modelos. Entretanto, encontram-se ainda em fase exploratória inicial, resultante em parte na falta de profissionais orientados para o estudo e pesquisa nesse campo e agravado pela falta de formação de quadros universitários voltados à autogestão. Uma possível alternativa seria o de ampliar pesquisas no sentido de adequar a metodologia buscando alargar o espaço dessas problemáticas dentro da universidade, aumentar o quadro de profissionais que trabalham com gestão nas organizações de apoio as cooperativas autogestionadas, para num momento posterior, integrar o conjunto dos conhecimentos adquiridos e repensar os enfoques, as tecnologias, processos, cultura organizacional, qualidade e eficiência (RUFINO, 2002, p. 5 e 6).

Chiarello (2008, p. 31) justifica que a aderência da gestão das cooperativas aos modelos de administração utilizadas pelas empresas capitalistas seria essencial para a manutenção de suas atividades e sua sobrevivência. Para tanto, as cooperativas devem recusar os postulados da cooperação, em especial no que tange à propriedade de seus meios de produção, forma de financiamento, democracia interna e organização do trabalho. No limite, essas cooperativas tenderiam a se configurar no marco legal de uma Sociedade Anônima – SA, nos moldes estritos das empresas tipicamente capitalistas.

No entanto, estes Empreendimentos encontram dificuldades em sua trajetória. A figura 2 a seguir apresenta as principais dificuldades dos Empreendimentos Econômicos Solidários, em nível nacional e por regiões:



Fonte: SIES, 2007

FIGURA 2: Dificuldades dos EES no Brasil e Regiões

A figura 2 demonstra que a comercialização dos produtos é apontada como sendo a maior dificuldade encontrada nestes empreendimentos, seguida pelo crédito e apoio e assistência técnica.

Na região Centro-Oeste os quesitos se assemelham às demais regiões, mas quando visto sobre o apoio e assistência técnica, a dificuldade em porcentagem é maior em comparação com as outras regiões.

Assim, através desses dados pode-se perceber que a continuidade e expansão das experiências no campo da Economia Solidária já apresentam alguns resultados tangíveis. Entre outros, a garantia de sobrevivência imediata, crescimento intelectual e profissional, através do aprendizado de um ofício, e por último, a ruptura no padrão paternalista e clientelista na assistência às populações pobres.

Para Metello (2007, p. 31) os resultados mostrados por esses dados não permitem análises mais concretas das verdadeiras dificuldades dos empreendimentos. Para captá-las em real profundidade, se faz necessário um entendimento daquilo que está por trás de cada uma delas.

O tema sobre Economia Solidária é de ainda grande discussão e muita busca por informações de cunho científico devem ser realizadas, mas aqui através de pesquisas recentes nestes empreendimentos, pode-se assim conceituá-la no atual ambiente capitalista.

Assim afirma Tauile que (2001, p. 1):

A economia solidária recobre diferentes formas de organização onde os cidadãos e cidadãs se incumbem seja para criar sua própria fonte de trabalho, seja para ter acesso a bens e serviços de qualidade ao mais baixo custo possível, numa dinâmica solidária de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos.

Vale ressaltar a necessidade de acondicionamento entre a gestão das cooperativas e a gestão das empresas de agronegócio, focalizar suas ações segundo as exigências do setor no que tange à produção e administração. Busca-se, com esse acondicionamento, impedir que as cooperativas se distanciem do núcleo de empresas participantes do mercado, o que poderia causar sua extinção.

Como conseqüência, Eid (2002, *apud* VAZZOLER, 2004, p. 88) coloca que “o maior desafio para o sucesso da economia solidária está no fato desta estar inserida em uma sociedade contraditória, cuja formação social produziu exclusão e ausência de consciência cidadã, marcadas por relações sociais e de produção capitalista.”

Pode-se assim dizer que o maior risco para os empreendimentos econômicos solidários é entrar no jogo da banalização dos seus princípios – principalmente a adesão voluntária, a gestão democrática, a autonomia e a inter-cooperação – duramente construídos, buscando seu crescimento pela via da competição pela competição com as empresas em geral capitalistas. Abrir mão dos princípios, para garantir a concorrência é não compreender que as experiências populares também bem como a importância em mostrar que o crescimento é possível, em formas democráticas de organização do trabalho e da produção.

2.4.2.2 Autogestão e Flexibilização

2.4.2.2.1 Autogestão

Segundo escritos de Dal Ri (1999, p. 44-46), nas décadas de 1960 e 1970 muito se discutiu sobre autogestão e participação popular. Naquele momento, essas formas serviram como organismos eficientes para gerar uma rápida acumulação social e um desenvolvimento econômico-social. Entretanto, conceitos e experiências foram soterrados pelo êxito de estratégias político-econômicas que na atualidade se mostram insuficientes para orientar ações e reflexões em busca de outro modo de funcionamento da economia e da produção que leve a

melhoria da qualidade de vida e à estabilidade social para a maioria das pessoas. Porém, faz-se imperioso um esforço de recuperação conceitual.

Com a crise do desemprego a partir dos anos de 1990, começam a figurar movimentos de empreendimentos de autogestão no Brasil. Surge quando alguns técnicos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), com apoio do Sindicato dos Trabalhadores e Calçadistas de Franca/SP, que em 1991 iniciaram um trabalho na implantação de um projeto de autogestão na empresa de Calçados Makerly, que havia encerrado suas atividades produtivas, eliminando 482 empregos diretos. (EID et al, 2001, p. 83) A partir destas experiências começam a surgir vários outros exemplos.

Para Rufino (2002, p. 3) a autogestão é “a gestão que consiste na autonomia da coletividade dos membros da empresa de decidir sobre os destinos, os processos e os resultados do trabalho”.

As idéias gerais de Rufino (2002) são:

- Fim do assalariamento;
- Organização do trabalho com base na gestão democrática;
- Eleição de comissões de autogestão; eliminação da hierarquia;
- Participação nas decisões relativas às sobras.

Eid *et al* (2001, p. 27) comentam que: “a autogestão pode se tornar um modelo alternativo de administração em que, por princípio, as decisões e o controle do empreendimento coletivo são exercidos pelos próprios trabalhadores. A forma organizativa do trabalho nos empreendimentos de autogestão pode ser o cooperativismo ou o associativismo”.

Outra questão importante diz respeito à necessidade de saber administrar. A autogestão é um processo longo e complexo que, segundo Eid et al (2001, p.86) “articula a sobrevivência no mercado com o aperfeiçoamento organizacional e pessoal de forma continuada. Depende de um aprendizado permanente sobre questões técnicas, administrativas e comerciais específicas do empreendimento, assim como do desenvolvimento de novas formas participativas e de tomada de decisões.”

Assim Rufino e Eid acordam que na autogestão o trabalhador toma as decisões e tem o controle da empresa a qual são membros.

Nas cooperativas, salienta Rufino (2002, p. 4) que o grande desafio da autogestão está “em conciliar e assegurar os princípios cooperativistas com a auto-sustentação no mercado. O mercado exige que as cooperativas sejam competitivas, não sendo relevante a estrutura interna de gestão da empresa, mas sim a qualidade e a eficiência dos produtos e

serviços.” Todavia, parece que o sentido da cooperação no trabalho coletivo deve se sobrepor à noção de competitividade, ao pragmatismo do mercado.

Percebidos a partir das últimas décadas do século XX, como uma possibilidade de trabalho flexível, a autogestão e o cooperativismo passam a ser amplamente utilizados como forma de rebaixar custos empresariais. Por outro lado, são usados como alternativa ao desemprego, possibilitando ao trabalhador sua permanência no mercado de trabalho, mantendo sua renda, além de representar maior autonomia e democratização nas relações de trabalho, num contexto de desemprego estrutural e informalização crescente no mercado de trabalho (LIMA, 2007, p. 138 a 141).

Segundo Eid et al (2001, p. 81)

a autogestão pode se tornar um modelo alternativo de administração, em que, por princípio, as decisões e o controle do empreendimento coletivo são exercidos pelos próprios trabalhadores. A forma organizativa do trabalho nos empreendimentos de autogestão pode ser o cooperativismo ou o associativismo.

O termo autogestão acompanha o de cooperativismo, constituindo-se no centro de sua proposta que é a democratização das práticas sociais no espaço de trabalho, um poder compartilhado que garante a autonomia do coletivo.

Eid (2003, p. 14 e 15) afere que um experimento que pretende ser autogestionário, para ser materializado, o primeiro passo é distinguir entre o engajamento real do coletivo e um envolvimento formal e aparente. Tentar desarmar as relações humanas em um patamar mais saudável, moralmente mais maduro e politicamente mais consciente. Apenas a vontade sincera do grupo não garante a existência da autogestão, se não há um entrosamento efetivo entre estes. É necessário estar atualizado com relação às questões de organização da produção e do trabalho, assim como, dos controles administrativos e comerciais, implementar idéias novas, criativas que auxiliem no planejamento coletivo do processo para então tornar o empreendimento capacitado e eficiente para sobreviver no mercado.

Assim, a autogestão é um procedimento longo e complexo que profere a sobrevivência no mercado com o aprimoramento organizacional e pessoal de forma continuada. Depende de um aprendizado permanente sobre questões técnicas, administrativas e comerciais específicas do ramo de atividade do empreendimento, assim como, do desenvolvimento de novas formas participativas e de tomada coletiva de decisões.

No atual debate sobre autogestão e cooperativismo no Brasil, a adjetivação das cooperativas entre as verdadeiras ou autênticas e as pragmáticas, falsas, de fachada, ou

*coopergatos*⁴, distingue aquelas que seguem os princípios cooperativistas e solidários das outras que seriam artimanhas utilizadas por empresas para rebaixar custos. Entretanto o estudo empírico de experiências cooperativistas e autogestionárias evidenciam um quadro bem mais complexo.

O sucesso das iniciativas autogestionárias se daria, na visão de Vazzoler (2004, p.88) “através da coesão social e da responsabilização de cada um dos indivíduos para o desenvolvimento do projeto coletivo além da formação continuada e integrada nos planos administrativo, técnico e político.”

2.4.2.2.2 Flexibilização

No Brasil, desde a abolição da escravidão em 1888 que o trabalho assalariado sempre foi minoria em relação às outras formas de trabalho. Encontra-se até hoje denúncias de trabalho escravo nos relatórios da Comissão Pastoral da Terra. Portanto, o trabalho precário sempre esteve presente na economia brasileira.

Ao considerar as especificidades das transformações econômicas recentes, é interessante observar o caráter contraditório presente na aproximação das experiências de gestão participativa da empresa capitalista com as experiências autogestionárias – em tese, não-capitalistas.

Lima (2007) explica que ambas são flexíveis, podem ser positivas para grupos de trabalhadores e negativas para outros. Podem significar desemprego e alternativa de emprego, exclusão e inclusão social. Talvez seja possível afirmar que a flexibilização não signifique, necessariamente, precarização do trabalho, considerando que a maioria dos trabalhadores no Brasil sempre esteve fora das relações de trabalho protegidas. Fica evidente, entretanto, o crescimento da vulnerabilidade da situação do trabalhador independente da forma de gestão.

A partir da década de 1980 o mercado de trabalho no Brasil, tem apresentado um alastramento fora do círculo dos estabelecimentos organizados e que não envolvem a assinatura da carteira de trabalho. A década de 1990 trouxe um agravamento da situação, na

⁴ Coopergatos são as cooperativas formadas apenas para atender demandas empresariais e substituir contratos de trabalho pelo trabalho “autônomo” livre de encargos sociais e que assim ficaram conhecidas, ou seja, falsas cooperativas (LIMA, 2007, p. 137).

medida em que a abertura da economia favoreceu uma redução absoluta do emprego formal na indústria de transformação e na construção civil. Desse modo, não se trata apenas dos efeitos da estagnação econômica sobre o mercado de trabalho, mas do começo de uma reestruturação da economia que tem afetado a capacidade de geração de emprego.

O atual processo de mundialização capitalista na fase denominada nova globalização, Vasapollo (2005, p. 20) expressa como: “apenas o domínio das bolsas de valores e da financeirização da economia em conflito direto com qualquer forma de melhoria de condições de vida dos trabalhadores”.

Uma série de crises do sistema deu início a novos experimentos dando passagem gradual para um regime de acumulação completamente novo.

Para Vasapollo (2005, p. 45) flexibilização pode ser assim entendida:

- “Liberdade da empresa para despedir parte de seus empregados, sem penalidades, quando a produção e vendas diminuem;
- Liberdade da empresa para reduzir ou aumentar o horário de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio, quando a produção necessite;
- Liberdade da empresa para reduzir ou aumentar o horário de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio, quando a produção necessite;
- Faculdade da empresa de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho, seja para solucionar negociações salariais, seja para poder participar de uma concorrência internacional;
- Possibilidade de a empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível, e outros);
- Liberdade para destinar parte de sua atividade a empresas externas;
- Possibilidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário, de fazer contratos por tempo parcial, de um técnico assumir um trabalho por tempo determinado, subcontratado, entre outras figuras emergentes do trabalho atípico, diminuindo o pessoal efetivo a índices inferiores a 20% do total da empresa”(VASAPOLLO, 2005, p. 45).

Compreende-se então que a flexibilização geralmente apresentada como geradora de emprego é uma eficiente modalidade de exploração do trabalho já utilizada pelo capital. Portanto, não é obviamente, solução para aumentar os índices de ocupação, pelo contrário chega a ser uma imposição ao trabalhador. Para que aceite salários reais mais baixos e em piores condições da força de trabalho.

O comportamento do mercado de trabalho é de grande importância no desempenho da economia. Camargo (1996, p.20 a 27) em seu estudo explana que ele afeta o volume de empregos criados, as taxas de desemprego e de aumento da produtividade, o grau de conflito entre atuantes, o montante de investimentos em treinamento e qualificação e muitas outras variáveis importantes que, juntas determinam o desempenho econômico de um país ou de uma região.

Boa parte do comportamento dessas variáveis está estreitamente ligada ao que os economistas especializados chamam de flexibilidade do mercado de trabalho. Esta depende do custo do ajuste às diferentes condições econômicas. Se o ajuste não tivesse um custo a adaptação, as mudanças econômicas seriam instantâneas e a flexibilidade do mercado não seria problema. Entretanto, o custo desse ajuste é elevado e difuso. Por isso, leva tempo e a flexibilidade não é completa.

Camargo (1996, p. 24) realça:

A flexibilidade de mercado tem muitas dimensões. As firmas podem ajustar sua força de trabalho reduzindo ou aumentando salários reais, demitindo ou contratando novos empregados, treinando e reciclando sua mão-de-obra, modificando a estrutura de produção e/ou sua própria estrutura de cargos. Os empregados podem ser treinados para executar tarefas diferentes, a fim de que se adaptem a mudanças de condições econômicas na firma e não sejam demitidos caso haja uma variação na estrutura de demanda, ou podem ser treinados em técnicas bem específicas a fim de que sejam mais produtivos na tarefa que executam. A opção a ser seguida dependerá dos custos – para as firmas e os empregados – das escolhas que estão sendo feitas.

Então a flexibilização do trabalho resulta no uso diferenciado do tempo de trabalho, das formas de contrato ou de institucionalização de seu uso, e na qualificação dos trabalhadores, desejada como multifuncional ou polivalente.

Um bom indicador do grau de flexibilidade do mercado de trabalho para se adaptar a choques exógenos é a maneira pela qual a taxa de desemprego varia. Se a taxa de desemprego é relativamente estável e não varia muito com os choques, é sinal de que o mercado de trabalho é flexível. Isso mostra que o ajustamento foi em grande parte absorvido pelas variações dos salários reais. Se a taxa de desemprego aumenta, o mercado de trabalho é rígido (CAMARGO, 1996, p. 27).

Outros indicadores do grau de flexibilidade do mercado de trabalho são a duração do desemprego, o prazo de contrato de trabalho e o índice de rotatividade no emprego, assunto que aqui não se discutirá, pois foge do propósito inicial.

Entende-se assim que a flexibilização não é solução para aumentar os índices de ocupação. Ao contrário, é uma imposição a força de trabalho aceitar salários reais mais baixos e em piores condições.

2.4.3 Cooperativas empresariais e típicas

As cooperativas denominadas de tradicionais funcionam sobretudo como sociedade de capital. Vazzoler (2004, p.17) assim comenta:

As cooperativas tradicionais maximizam oportunidades e atingem uma racionalidade econômica semelhante às das demais empresas capitalistas através de mecanismos tecnológicos, financeiros e organizacionais, dinamizando sua produção essencialmente em relação ao mercado, acumulando e centralizando capital sem a preocupação principal com a justiça social.

Já as cooperativas de produção agropecuária segundo Vazzoler (2004, p. 17):

Funcionam acima de tudo, como uma sociedade de pessoas. Este tipo de organização de produção e trabalho possui caráter e inspiração socialista e se caracteriza por apresentar uma gestão diferenciada, calcada nos princípios históricos do cooperativismo.

As organizações autogeridas reúnem majoritariamente ou totalmente, trabalhadores rurais em condições de exercício da posse coletiva dos meios de produção, em que o trabalho do associado é organizado mediante planejamento e normas coletivas com autonomia de decisão e os resultados da produção são distribuídos com base na participação do trabalho de cada associado (VAZZOLER, 2004, p. 18).

Assim como as cooperativas tradicionais, as cooperativas de produção agropecuária buscam a eficiência, porém tal eficiência está contida na lógica da inclusão social, da preservação dos postos de trabalho.

Outro tipo de cooperativa é a denominada de cooperativa popular. Vazzoler (2004, p. 90) frisa que “a ênfase está na formação e motivação de empreendimentos solidários para a organização da população carente, ou seja, a população sem acesso ao mercado de trabalho ou a que foi expulsa dele.”

Existe ainda, um tipo perverso de cooperativa, as fraudulentas ou cooperatogs, em que “capitalistas motivam seus funcionários (que são demitidos) a formarem uma cooperativa (ferindo os princípios de organização) e os recontratam transferindo a responsabilidade dos direitos trabalhistas para os próprios cooperados. Na verdade, nesses casos, o grau de exploração da mão-de-obra do trabalhador aumenta, e o capitalista deixa de gastar com os direitos do trabalho conquistado ao longo de várias reivindicações da categoria” (VAZZOLER, 2004, p. 90).

Para Vazzoler (2004, p. 90) há ainda uma vertente contrária ao movimento cooperativista de abordagem liberal, que defende a idéia do cooperativismo ressurgir em momentos de crise do ciclo econômico e, à medida que a economia volta a crescer as cooperativas tendem a crescer e se transformar em empresas capitalistas e/ou encerrarem suas atividades.

2.4.4 Diferença entre elas

De modo geral, as cooperativas do Movimento Cooperativo Tradicional nada têm em comum com a maioria das cooperativas formadas por trabalhadores, já que estas, muitas vezes, cooptadas por órgãos governamentais, burocratizam-se ou mesmo extinguem-se. Geralmente os sócios são empregadores capitalistas (VAZZOLER, 2004, p. 50).

As cooperativas, de forma geral organizam-se através do processo de autogestão, variando de acordo com suas características peculiares. As cooperativas tradicionais com número elevado de sócios e capitalizadas usam a autogestão como discurso, mas na prática caminham no sentido de uma empresa na qual os sócios majoritários tomam as decisões sem consultar outros sócios.

Estas cooperativas estão voltadas para a competição do mercado e funcionam como empresas empenhadas na profissionalização da gestão, administração racional, aumento do capital, crescimento econômico e em moderna tecnologia para obter ganhos em escala e eficiência, principalmente via fusão e incorporação (PINHO, 2004, p.18).

Diferentemente das cooperativas tradicionais, tem-se as cooperativas populares, cuja organização pode ser mais democrática e igualitária se os seus membros assim a entenderem e adotarem a autogestão como procedimento para a tomada de decisão nas assembleias, as quais constituem o órgão maior nas decisões de que todos devem participar.

Autogestão nas cooperativas é característica da administração do empreendimento. Essa deve ser de forma participativa e igualitária de todos os seus membros vistos como os proprietários do negócio. Além disso, para maior sucesso da cooperativa, é necessário não só o engajamento concreto de todos os seus integrantes, mas também que as eleições internas sejam claras e discutidas para então definirem a atuação do empreendimento.

Vazzoler (2004, p. 61) explana que:

Embora haja diferenças nesses tipos de empreendimentos, parte deles se regem pelos mesmos princípios, herdados de Rochdale, adaptados e enriquecidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI). As cooperativas que seguem os princípios originais podem ser consideradas autênticas no sentido de buscarem a democracia, a

igualdade, a autogestão, e de seus dirigentes serem eleitos pelos sócios, as diretrizes são discutidas e aprovadas em assembleias gerais. Já as cooperativas tradicionais têm características da lógica empresarial capitalista, ou seja, são cooperativas não-democráticas, aquelas em que não há participação de todos os seus integrantes, as assembleias são esporádicas, o rodízio dos dirigentes é inexistente e os mesmos tendem a concentrar o poder em suas mãos. O objetivo destas cooperativas está circunscrito à realização de uma função econômica determinada.

Os trabalhadores de cooperativas autênticas são seus próprios patrões e não possuem os mesmos direitos que a legislação do trabalho assegura aos empregados da empresa capitalista, mas podem constituir fundos que substituem tais direitos se assim decidirem. Esse fato dá oportunidade a excessos por parte de empregadores inescrupulosos que demitem seus trabalhadores e os recontratam na forma cooperativista para não pagar os encargos trabalhistas, originando uma coooperato ou cooperativa fraudulenta, pois fere os princípios cooperativistas, ao explorar o trabalhador, tirando deles os direitos que conquistaram através de lutas históricas. Uma cooperativa autêntica inclui em seus serviços os valores referentes aos direitos trabalhistas (VAZZOLER, 2004, p. 51 e 52).

Diferentemente das cooperativas tradicionais, as cooperativas ditas populares ou novas cooperativas, buscam capital para a satisfação das necessidades familiares e profissionais de pessoas de segmentos carentes da sociedade como na geração de trabalho e renda para os associados.

No meio rural Vazzoler (2004, p.52) assim retrata:

é comum o desenvolvimento de forma mais embrionária de cooperação, tais como os mutirões, as trocas de dias de serviço, as roças comunitárias. Essas formas de cooperação vêm dos tempos da colonização até os dias atuais. Elas tem origem nas práticas tradicionais dos primeiros colonos portugueses e também dos povos africanos, que conformaram parte significativa do campesinato brasileiro.

A dificuldade em comercializar, por exemplo, apresentada no gráfico 2, se mostra, em grande medida nas cooperativas. Pode estar inserida na dificuldade de competir no mercado com outras modalidades organizacionais.

Metello (2007, p. 32) argumenta que:

Em uma análise mais profunda, o que pode explicar a baixa competitividade dos produtos e serviços oriundos de EES, e conseqüentemente a sua dificuldade de comercialização, é a diferente lógica com que são elaborados produtos nas empresas capitalistas convencionais e nos EES. Esta é uma questão crucial: enquanto nas primeiras, as atividades são organizadas para aumentar a eficiência (e a competitividade), com o objetivo da maximização do lucro (podendo inclusive para Esso, explorar o trabalho), nos EES, o trabalho e o trabalhador aparecem como o centro do processo produtivo, que tem por finalidade proporcionar um meio de vida a quem nele estiver envolvido. Deste modo, ainda que internamente, os EEs funcionem de acordo com uma lógica de cooperação e solidariedade, em suas relações externas eles têm de enfrentar a lógica da competição, imperativo do

mercado capitalista, com o desafio de manter-se competitivo no mercado, concorrendo com empresas capitalistas.

A falta de acesso ao crédito, segunda maior dificuldade enfrentada pela EES, demonstra o desinteresse do sistema bancário em financiar a atividade de empreendimentos de pequeno porte. Metello (2007, p. 32) frisa que:

esta postura é percebida pela quantidade de recursos destinados às linhas do segmento e, mais ainda, pelo tratamento dispensado a este público. Muitas vezes os candidatos a tomadores não cumprem com os requisitos necessários à obtenção do crédito – tais como comprovação de renda e/ou patrimônio e renda mínima – sendo considerados como de alto risco para a concessão de empréstimos segundo os mesmos critérios adotados para empréstimos de natureza distinta e proporções superiores. Incapaz de considerar as evidentes especificidades dos agentes, o sistema financeiro trata como iguais públicos claramente diferentes, o que leva a uma forte exclusão. Essa falta de acesso ao crédito, além de impedir a aquisição de equipamentos e a construção de sedes para os empreendimentos (investimento), impede até mesmo a obtenção de capital de giro (custeio), o que limita a produção ao montante que for possível levantar com sócios ou ao que se consegue realizar com compras a prazo, financiadas, via de regra, junto aos próprios fornecedores, a taxa de juros exorbitantes.

Essas dificuldades restrita a pequenos empreendimentos, dificulta a comercialização de seus produtos e também o crescimento e desenvolvimento da organização, seja ela cooperativa, associação ou empresa informal.

Singer nos chama a atenção no sentido de que o trabalho cooperativo também tem gerado excessos ao respaldar a contratação dos serviços de cooperativas de trabalhadores pela empresa capitalista que se desobriga do pagamento dos encargos sociais referente aos direitos trabalhistas.

Gaiger (1999, p. 52) também recomenda “cautela acerca de uma visão excessivamente otimista do trabalho cooperativo, pois é preciso aprofundar o conhecimento dessa nova realidade antes de demarcá-la, tendo presente as contradições, ambiguidades e multiplicidade de interesses que a atravessam.”

2.5 Capital social

Karl Marx (1985, p. 39) salienta:

enquanto o capital se apresenta apenas sob as suas formas elementares – mercadoria ou dinheiro – o capitalista aparece sob as formas típicas de possuidor de mercadorias ou de possuidor de dinheiro. Por tal motivo, estes últimos não são capitalistas em si e para si, da mesma maneira que a mercadoria e o dinheiro não são capital em si e para si. Assim como a mercadoria e o dinheiro só se transformam em capital mediante determinadas premissas, também possuidores de mercadorias e de dinheiro só se convertem em capitalistas dadas essas premissas.

Assim, na abertura de uma empresa o capital entra em cena como dinheiro que há de transformar-se em capital, ou que ainda só virtualmente é capital.

Marx (1985, p.69) frisa que: “o capitalista tem que transformar seu dinheiro não só em capacidade de trabalho, mas também nos fatores objetivos do processo de trabalho, os meios de produção.”

Segundo Kanitz (2006, p. 1) o histórico do capital social remonta ao século XV onde ocorre um evento em especial e que vai determinar o início da formação e utilização desta nomenclatura para o capital da sociedade.

Uma única inovação ocorrida no século XV teve enorme influência para o progresso, a inclusão social e a redução da pobreza. Foi a invenção do conceito de capital social pelo frei Luca Paccioli, o criador da contabilidade. Esse conceito perdura até hoje em todos os contratos sociais e balanços das empresas brasileiras

Segundo o autor, antes de Luca Paccioli, um comerciante ou produtor que não pagasse suas dívidas poderia ter todos os bens pessoais, como casa, móveis e poupança, arrestados por um juiz ou credor. Como ainda ocorre em muitos casos no Brasil.

Kanitz (2006, p. 1) comenta que: “só um louco varrido abria uma empresa para gerar produção e empregos para os outros. Por isso, na época, todo mundo produzia somente para si, reinava o egoísmo total. Produzir para os outros como se faz atualmente, nem pensar.”

Assim, ao determinar o conceito de capital social, permitiu-se a criação da empresa de responsabilidade limitada. Depois de Paccioli, Kanitz (2006, p. 1) argumenta que: “se você montasse um negócio, sua responsabilidade, ou "desgraça", ficaria limitada ao capital social, e não abrangeria a totalidade de seus bens pessoais, como antes.”

Desse modo capital social é parte primordial para formação não só de uma sociedade anônima, mas para qualquer tipo societário, seja ele dividido em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio. Inúmeras pessoas com capacidade administrativa e empreendedora começaram a produzir para os outros, e não somente para si, empregando trabalhadores até então desempregados, sem medo de perder tudo se a empresa fracassasse. Desde então, o mundo não pára de se desenvolver.

2.5.1 Conceitos

O então denominado capital social, para Kanitz (2006, p.1) é: “o capital que os acionistas oferecem à sociedade para garantir que empregados e fornecedores recebam no fim

do mês. Diferentemente do que se ensina o capital não pertence aos acionistas, e sim à sociedade, daí o termo social.“

Os contadores e técnicos de contabilidade colocam o capital social numa categoria chamada "não exigível", justamente porque são dívidas que não podem ser "exigidas" pelos acionistas enquanto a companhia existir.

Estes somente têm o "direito" de reaver o capital se a empresa fechar. Como empresa rentável nunca fecha o dinheiro nunca volta para seu legítimo dono.

Kanitz explana ainda que:

duzentas mil famílias brasileiras compraram nos últimos anos ações da Gol, Dasa, Copasa, Porto Seguro, Rossi, Gafisa, OHL, Iochpe, Grendene, Natura, Cyrela, Cosan, UOL e nunca mais verão a cor daquele dinheiro. Essas empresas jamais devolverão o dinheiro "investido", porque ele agora faz parte de seu capital social.

Essas famílias se juntaram a mais outros 2 milhões de investidores altruístas que ofereceram sua suada poupança à sociedade brasileira, subscrevendo o capital social da Petrobras, Banco do Brasil, Vale do Rio Doce, Telesp, Eletrobrás, e assim por diante.

Todos eles, se precisarem de dinheiro, terão de torcer para que alguma alma caridosa ou tão altruísta como eles compre esses seus "direitos não exigíveis" no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo. Isso se essas empresas continuarem a ser bem-sucedidas e a América Latina resistir à onda anti-social que vem por aí (KANITZ, 2006, p. 2).

Conclui-se, diante do exposto sobre capital social, que para sua formação, integralização e aumento, é o estatuto da companhia que autoriza tais diferenciações do capital, sem necessidade de sua alteração, fixando um capital autorizado, definindo qual o órgão competente, assembléia geral ou conselho de administração, para aprovar ou não a emissão de ações novas, conforme coloca a Lei das S.A., em seu artigo 168.

2.5.2 Características

Pode-se dizer então que capital nada mais é, dentro de qualquer tipo de empresa, dinheiro que produz dinheiro, sendo elemento fundamental das operações empresariais, podendo ser utilizado na produção para obtenção de lucros. Da contabilidade, podem ser considerados quatro conceitos, segundo Iudícibus (1996, p. 38-40), a saber:

a) capital nominal: investimento inicial feito pelos proprietários de uma empresa que é registrado pela contabilidade numa “conta” denominada capital. Este o capital nominal, que corresponde ao patrimônio líquido inicial. O capital nominal só será alterado

quando os proprietários realizarem investimentos adicionais (aumentos de capital) ou desinvestimentos (diminuições de capital).

b) capital próprio: que corresponde ao conceito de patrimônio líquido, abrangendo o capital inicial e suas variações.

c) capital de terceiros: que corresponde aos investimentos feitos na empresa, com recursos provenientes de terceiros.

d) capital total à disposição da empresa: em acepção mais ampla, pode-se conceituar o capital como sendo o conjunto dos valores disponíveis pela empresa em dado momento.

Lima (1969, p. 220) entende o que vem a ser o capital. O autor descreve pormenorizadamente que “capital social é o fundo em dinheiro, em bens ou em trabalho e indústria, para garantir os fins previstos pela sociedade e deve ser previsto nos contratos sociais das sociedades comerciais e nos Estatutos Sociais das Sociedades por Ações. O capital é constituído pelas contribuições individuais dos sócios e divide-se em partes ou em frações. Nas sociedades anônimas e nas sociedades em comandita por ações essas frações chamam-se ações..

3 ESTUDO DE CASO

3.1 Dados da Empresa

- a) Razão Social: Cooperativa Agrícola Selene
- b) Nome Fantasia: Cooperselene
- c) CNPJ: 11.392.894/0001-29
- d) Insc. Estadual: 13.381.981-7
- e) Ramo e Atividade: Fábrica de Laticínios
- f) Principais Produtos e Serviços: Venda de leite pasteurizado tipo C, juntamente com a venda de bebida láctea.
- g) Endereço: Estrada Selene km 04 –Zona Rural – Sinop/MT

3.2 Histórico de Sinop

A cidade de Sinop está localizada no norte do Estado de Mato Grosso. Este por sua vez se sobressai no cenário nacional por suas características peculiares de solo, clima, potencialidades minerais, hídricas e privilegiada situação geográfica frente ao futuro Mercado Comum dos Países da América do Sul - MERCOSUL. Já na década de 80 este conjunto de fatores provocou o início de uma grande corrida migratória ao Mato Grosso em busca de ocupação e exploração dos solos férteis, projetando o Estado como um dos maiores produtores de grãos do País.

O Estado de Mato Grosso face à diversidade de seus recursos naturais sustenta enorme potencial hídrico, agropecuário, mineral, florestal e turístico, que indicam amplas possibilidades de expansão e diversificação das atividades produtivas.

A colonização que atraiu primeiramente colonos com larga experiência agrícola, mas acostumados ao manejo tradicional e ainda arredios às modernas técnicas da agricultura, a partir da intervenção governamental caracterizou-se um processo seletivo, baseado no recrutamento de pequenos e médios proprietários rurais⁵, relativamente capitalizados e com larga experiência na moderna agricultura (VIEIRA, 2005, p.87).

⁵ Segundo fonte do INCRA, a classificação de pequenos produtores são aqueles que plantam até 400 hectares; médios produtores os que plantam de 400 a 1.500 ha. e grandes produtores plantam acima de 1.500 ha. I.N.nr 11 de 17/11/2003.

As origens do município de Sinop vêm do Núcleo de Colonização Celeste de Jorge Martins Phillip, com área inicial de 198 mil hectares. Em 1971 Ênio Pipino que representava a Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná – SINOP - adquiriu as terras de Phillip. Iniciativa dos Senhores Ênio Pipino e João Pedro Moreira Carvalho, cuja experiência acumulada no ordenamento de espaços no estado do Paraná, foi fundamental à consecução de seu projeto mais ousado até então; a colonização de uma grande área em Mato Grosso que recebeu o nome de Gleba Celeste (VIEIRA, 2005, p. 96).

Segundo censo do IBGE de 2010 a população de Sinop passa dos 113 mil habitantes, com área territorial de 3.942,224 Km² e densidade demográfica de 28,69 hab/km².

Atualmente Sinop concentra um grande volume de negócios relacionados ao ramo pecuário, e cada dia vem crescendo mais com o aumento da população. Muitos destes são pecuaristas, pessoas que asseguram a economia no agronegócio do município.

Sinop conta com 3.942 km² de área territorial, sendo que desta área parte está sendo utilizada em pastagens para criação de bovinos, e uma grande parte na agricultura. No entanto, Sinop tem um grande diferencial no meio pecuário. Ela é o centro do agronegócio muitos pecuaristas, que tem suas fazendas em outros municípios residem em Sinop, usam em suas propriedades mecanismos, ferramentas de produção que facilmente são encontradas na cidade.

O município de Sinop possui ampla estrutura de abastecimento de produtos do ramo pecuário, empresas de grande porte, com profissionais qualificados, que levam tecnologia e muita informação para o campo, contribuindo para que os pecuaristas atinjam as expectativas do mercado e melhore sua produção.

O agronegócio é fundamental para a economia do país, pois representa cerca de um terço do nosso PIB e tem dado grande contribuição às exportações de commodities e produtos agro-industriais⁶. Dados encontrados no site de agronegócio em Sinop⁷ apontam a existência de 14 empresas no ramo. Destas, 11 empresas estão no segmento agropecuário, 2 no ramo de sementes e mudas e 1 na atividade de cereais. Assim Sinop tem um grande potencial na comercialização e oferece grande contribuição na área do agronegócio da região.

Ao investigar o relatório anual do SIES (2007) encontramos que Sinop possui 10 empreendimentos de origem solidária cadastrados junto ao órgão. Destes, 4 foram criados no período de 1981 a 1990, outras 5 foram registradas entre 1991 a 2000. No período compreendido entre 2001 e 2007 apenas um empreendimento foi cadastrado. A forma de

⁶ Ver mais informações em <http://www.portaldoagronegocio.com.br> Acesso em 20 out de 2011.

⁷ Maiores informações em <http://www.jfmg.com.br> Acesso em 20 out de 2011.

organização destes 10 empreendimentos é de associação, não possuindo nenhuma empresa cooperativa e surgiram como uma alternativa ao desemprego e também como fonte complementar de renda para os associados.

Os empreendimentos cooperativos existentes no município de Sinop e cadastrados nos registros da Organização das Cooperativas Brasileira do Estado de Mato Grosso – OCB/MT – totalizam 12 unidades. Sendo 3 no ramo da saúde, 3 agroindustrial, 2 na área da educação, 2 de crédito, 1 de transporte e 1 na agropecuária (OCB/MT, 2011). Ver Anexo I.

3.3 Histórico da Cooperselene

Inicialmente as atividades desenvolvidas pela fábrica eram representadas como uma associação, denominada de Associação Comunitária Rural Selene na atividade de pasteurização de leite que teve início no ano de 2000. Organizada por produtores rurais da comunidade Selene na área rural de Sinop, tinham como atividade fim a produção e comercialização do leite *in-natura*. No início como Associação, tinha em seu quadro 18 membros, todos produtores de leite, produzindo no coletivo uma média 1700 L (mil e setecentos litros) por dia. Os recursos financeiros foram adquiridos em fatias de determinados órgãos como o Prodeagro – Padic, a MT Fomento e recursos dos próprios associados com apoio técnico da Empaer – MT.

As dificuldades foram muitas para se manter no mercado. As condições financeiras eram poucas e recursos destinados para associações eram difíceis de serem obtidos, já que uma associação não pode visar lucro. Além disso, a clientela era pequena, estendia-se para aqueles lugares onde os produtores associados já entregavam leite de modo individual e eram conhecidos, variando a venda total de 1.000 L (mil litros) a 1.500L (mil e quinhentos litros) por dia.

Devido essas dificuldades brota a necessidade de passar de uma Associação para um estabelecimento organizado de forma cooperativista. Assim em fevereiro de 2007 teve seu registro no INDEA – Instituto de Defesa Agropecuário do Estado de Mato Grosso, de nr. 072, sendo classificada como Fábrica de Laticínios passando a ser denominada de Cooperativa Agrícola Selene.

O intuito era crescer e gerar benefícios aos associados com o objetivo de incorporar mais sócios e de usufruir de alguns benefícios que a legislação oferece para cooperativas. A partir da então como cooperativa industrializa o leite para a fabricação do leite pasteurizado e para fabricação de bebida láctea e buscaram novos membros para cumprir a legislação cooperativista.

Sob a forma de cooperativa mantém-se no mercado há 4 (quatro) anos, seu crescimento é expressivo, atualmente apresenta um quadro de cooperados maior que do início, totalizando a quantia de 21 (vinte e um).

Presentemente mantém uma produção diária de 2.000 L (dois mil litros) de leite, produzidos pelos associados, além de comprar a produção de outras localidades, como Gleba Mercedes e outras comunidades próximas a cooperativa, Branca de Neve e Brígida, totalizando uma quantia de 4.500 L (quatro mil e quinhentos litros) por dia, chegando ao total de 31.500 L (trinta e um mil e quinhentos litros) de leite na produção semanal.

Para realizar a industrialização do leite, a cooperativa mantém 4 (quatro) funcionários, contratados pelo regime da CLT. A produção é destinada para unidades consumidoras de leite, como mercados, padarias, sorveterias, escolas estaduais, creches e escolas municipais da cidade e de municípios vizinhos, garantindo que todo o produto industrializado seja vendido. Em caso de possíveis sobras de leite *in-natura* a cooperativa de Terra Nova (Coopernova), uma parceira da Cooperativa Agrícola Selene, compra a produção excedente.

O mercado é bastante competitivo devido à presença de grandes empresas e de outros fornecedores de leite *in-natura* e que informalmente também vendem no mercado da região. A Cooperativa segundo seus membros tem um diferencial; por ser uma empresa da cidade, moradores antigos e conhecidos no município, prezando a qualidade do produto e satisfação do cliente, conquistaram assim o mercado e efetivaram sua marca na região.

A cooperativa visa crescimentos futuros, tem metas para tornar-se uma empresa produtora não somente de leite pasteurizado e de bebida láctea, mas também de derivados, como o leite desnatado, queijo e creme de leite (nata).

3.3 Resumo dos Dados

Através de um roteiro de entrevista (ver modelo no apêndice 1) a pesquisadora conversou com todos os pequenos produtores que entregam seu produto a Cooperselene. A pesquisa incidiu entre o período de outubro de 2010 a março de 2011.

Ao término da compilação dos dados na Cooperselene de Sinop/MT, podemos resumi-los da seguinte maneira (ver gráficos no apêndice 2):

A maioria dos cooperados está na faixa etária de 41 a 60 anos;

Estudaram no ensino fundamental incompleto até 7 (sete) anos;

A maior parte veio do estado de Santa Catarina e reside em Sinop há mais de 27 (vinte e sete) anos, alguns nasceram já no município;

A maioria possui propriedade de tamanho entre 24 a 40 ha. das quais são proprietários; destas a média utilizadas só para pastagem é 6 a 20 ha.;

Convivem na propriedade grande parte até 3 pessoas das quais 1 a 2 pessoas de cada residência trabalha na produção de leite e quase todas praticam o trabalho familiar;

As residências são de alvenaria e todas possuem energia elétrica;

A fonte de renda anterior procedia da produção de leite bem como da lavoura, cujo trabalho era árduo. Na época o leite era vendido principalmente de porta em porta e individualmente, assim muitos tinham experiência neste estilo de produção;

A maior parte participa da cooperativa desde o início de sua fundação, ainda como forma de associação que surgiu na junção das famílias que moravam próximas e produziam leite como forma de sobrevivência;

Os únicos serviços terceirizados são o da contabilidade – feita por escritório de contabilidade do município – e os funcionários que trabalham no processo produtivo (recebimento do leite, colocação nos tanques para pasteurização, medição da qualidade, limpeza e demais serviços internos). A maior parte dos cooperados trabalhou ou trabalha na Cooperativa nos cargos da diretoria não recebendo espécie alguma de remuneração ou benefício na função;

A maior parte dos cooperados entre 04 a 10 vacas leiteiras, principalmente da raça holandesa produzindo uma média de 20 a 50 litros de leite/dia, muitos deles fazem a coleta do leite 2 vezes ao dia. O total de leite produzido por todos os cooperados varia de 1.700 L a 2.000 L dia. Essa variação se deve ao fato de que há períodos em que o pasto não é muito bom, por causa do período da seca no estado. Outro motivo seria o de que as vacas

leiteiras estariam no período de gestação e/ou amamentação, produzindo assim quantidade menor de leite/dia.

Metade aponta a existência de veterinário do poder público cuja presença é rara, mesmo quando requisitado; ou então um da própria cooperativa, não graduado na função, mas com muita experiência e digno de confiança dos produtores;

A renda mensal no período da pesquisa é, na maioria das propriedades, acima de 4 s.m. (quatro salários mínimos) e alegam que este valor tem melhorado desde sua participação na cooperativa. A Cooperselele paga atualmente o valor de R\$ 0,60 a R\$ 0,65 o litro para cada cooperado. Este valor diminui a medida que diminui a distância entre a propriedade e as instalações da Cooperativa.

A cooperativa compra leite de outros produtores. Estes estão distante mais ou menos 80 km da sede, e a estrada não é asfaltada. É um pequeno grupo de indivíduos que comercializa seu produto com a Cooperselele. Como a distância é grande, estes produtores recolhem a matéria-prima diariamente e colocam em 2 resfriadores, instalados perto de suas residências. O caminhão recém adquirido pela prefeitura municipal e doado a cooperativa, passa duas vezes por semana recolhendo este leite e levando a sede da Cooperselele onde é transformado em leite pasteurizado e/ou bebida láctea e comercializado.

Ao avaliar a cooperativa, os cooperados afirmam que sua vida melhorou após inserção na organização e que esta se preocupa com toda a família do cooperado. As principais melhorias apontadas estão na certeza do recebimento monetário da produção, garantia da aceitação total dos produtos pela cooperativa (leite no caso);

Todos sem exceção compartilham das reuniões realizadas na sede da cooperativa, indo inclusive a outros municípios para participar de palestras, seminários sobre o agronegócio e novas tecnologias para o setor. Participam das discussões e expõem que a cooperativa é bem administrada – enaltecem o atual presidente e não querem que o mesmo saia de sua função. A cooperativa tem como gestor um dos cooperados. Este está no seu segundo mandato.

Alguns dos cooperados acham que poderia haver uma expansão da empresa no que se refere a produção de outros produtos, exigindo assim novos investimentos para aquisição de máquinas e equipamentos. A cooperativa já está se programando, investindo em novos equipamentos, para inserir no mercado novos produtos, como o queijo e o creme de leite (nata). Apontam também que as principais dificuldades da cooperativa estão na comercialização do produto e falta de recursos financeiros para inovação tecnológica;

As perspectivas futuras são positivas e estão relacionadas em novos investimentos para sua dilatação. No entanto se faz imprescindível captar recursos financeiros para desenvolver uma maior linha produtiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como toda forma organizada de gestão, uma cooperativa tem por trás uma estrutura sólida e racionada. Cada pessoa com interesse em fazer parte de um empreendimento econômico solidário deve conhecer as formas adequadas de funcionamento, as determinações legais e todas as características que garantam a condução de ações, da maneira mais harmoniosa possível.

Os cooperativistas fazem parte de um movimento de âmbito mundial que acredita que a organização das atividades cooperativas é grande o suficiente, conseguindo propor amplas mudanças, inclusive mudança social. O cooperativismo brasileiro entrou no século XXI enfrentando desafios e perspectivas de ser mais atuante num mercado que carece de novas fontes formais de trabalho e geração de renda.

Neste trabalho, mesmo levando-se em consideração os problemas enfrentados, praticamente todos os associados entrevistados, não cogitam trabalhar para um patrão ou ficar sozinhos com um negócio próprio. As expectativas vindouras são positivas e estão relacionadas aos novos investimentos para sua expansão, uma vez que a região tem grande potencial para agricultura familiar e para o agronegócio. Sinop se encontra no centro de vários outros municípios centralizando um volume de negócios do setor. No entanto, é imprescindível a captação de recursos financeiros por parte dos produtores associados visando o desenvolvimento ascendente à melhoria na linha produtiva.

Este trabalho fornece apontamentos da literatura e traz como idéia o questionamento de repensar dificuldades do emprego formal com uso de novas tecnologias e novas fontes alternativas na gestão do caráter produtivo introduzido no sistema capitalista, bem como forma de divulgar experimento eficiente no setor de produção de leite no Estado de Mato Grosso.

Uma das principais barreiras encontradas por estes produtores aqui pesquisados está centrada na comercialização da sua matéria prima, insuficiência de recursos para investimentos financeiros e na carga tributária imposta. A forte presença de outros produtores informais gera concorrência, fato que prejudica quem trabalha de forma cooperativa. Tal fato evidencia a relevância de se implementar ou criar políticas públicas e investimentos voltados a este setor dos pequenos produtores de leite, seja na forma de subsídios, seja na forma de incentivos fiscais, implementando a fiscalização através de órgãos competentes visando restringir a comercialização paralela.

Um fato que dificultou o desenvolvimento deste trabalho foi a carência de estudos de cunho científico nesta área de pesquisa, evidenciando a necessidade de fomento por parte de instituições de ensino e pesquisa do setor, cuja relevância ficou evidente com o desenvolvimento deste trabalho, onde foram evidenciadas as melhorias e a satisfação do produtor na transição do trabalho individual para o coletivo, proporcionada aos cooperados.

Ressaltamos a necessidade de que órgãos governamentais e instituições de pesquisas disponibilizem dados atualizados relativos a associativismo, cooperativismo e correlações, para que não só aos indagadores, mas também, a população tenha acesso a estas informações.

Ao assinalarem que existem dificuldades e incertezas, os entrevistados apontam vantagens em relação ao trabalho assalariado. Destacando-se: valor obtido como renda monetária; pagamento adequado; condição com poder de decisão em benefício dos próprios associados e de suas matérias-primas; viver do trabalho como algo honrado e não como atividade árdua.

Esperamos que este trabalho possa contribuir no sentido de aprimorar novas pesquisas na área, visando fornecer subsídios aos tomadores de decisão no que tange o universo do planejamento de ações, colaborando para o aperfeiçoamento de políticas públicas municipais e estaduais.

Com certeza as discussões persistirão e crescerá o número de empresas que buscarão saídas alternativas através de formas autogeridas e propriedades características.

Cada caso prático poderá demonstrar as possibilidades e os limites de unidades isoladas ou de sistemas articulados de empresas autogestionadas.

Que os resultados dessa pesquisa sirvam de incentivos a outros produtores no sentido de organizar-se em empresas com vistas ao coletivo, como associações e cooperativas.

Referências Bibliográficas

- AMORA, Soares. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 18 ed. conforme a nova ortografia. Saraiva, 2008.
- ANTUNES, Ricardo. **Trabalho e Precarização Numa Ordem Neoliberal – Cap. II**. Disponível em <http://168.96.299.17/ar/libros/educacion/antunes.pdf>. Acesso em 20 nov de 2008.
- BARBOSA DE OLIVEIRA, Carlos Alonso; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (org.). **Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou Volta ao Passado?** 2 ed. São Paulo: Edições Sociais, 1997.
- BERNARDES, Márcia Pereira. **Perfil Psicológico e a Escolha da Profissão: Estudo de Caso em Cursos de Engenharia**. Tese de Mestrado, Florianópolis, 2005.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 9. Ed. Brasília: Editora da UnB, 1997.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no Séc. XX**. Tradução da primeira edição, publicada em 1974, por Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997.
- CAMARGO, José Inácio (org.). **Flexibilidade do Mercado de Trabalho Brasileiro**. Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro: 1996.
- CHIARELLO, Caio Luis. **Análise da Gestão de Cooperativas Rurais Tradicionais e Populares: estudo de casos na Cocamar e Copavi**. São Carlos: UFSCar, Dissertação de Mestrado, 2008.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo dando asas ao espírito empreendedor**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CHACON, Vamireh. **Cooperativismo e Comunitarismo**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1959.
- CORRÊA, Luís Oscar Ramos. **Economia popular, solidária e autogestão: o papel da Educação de Adultos neste novo cenário**. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/?q=taxonomy/term/39>. Acesso em 27 dez de 2007.
- CULTI, Maria Nezilda. **O Cooperativismo Popular no Brasil: Importância e Representatividade**. Professora Mestre do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá-UEM e Membro do Núcleo Local UNITRABALHO – Paraná. E-mail: mnculti@uem.br. Trabalho apresentado no Terceiro Congresso Europeu de

Latinoamericanistas, em Amsterdam-Holanda, 3-6 de julho de 2002. Acesso em 03 de jun de 2008.

DAGNINO, Renato. **Em Direção a uma Estratégia para a Redução da Pobreza: a Economia Solidária e a Adequação Sócio-técnica.** Disponível em <http://www.oei.es/salactsi/rdagnino>. Acesso em 14 de abril de 2010.

DAL RI, Neusa Maria (org.) vários autores.. **Economia Solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho.** São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

DEDECCA, C. S. **Reorganização Produtiva e Relações de Trabalho no Brasil – anos 90.** XXI Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino americanos. Chicago, set. 1998.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. Disponível em <<http://sis.dieese.org.br/detalhes.php?tipo=cnpj&cnpj=20517132000100>>. Acesso em 23 mar de 2011.

DRUCK, M. G.; **Terceirização: (des)fordizando a fábrica – um estudo do complexo petroquímico.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

EID, Farid. **Apostila Cooperativismo.** Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Agroindustrial. São Carlos: UFSCar, 1998, 21f.

EID, Farid. **Apostila Organização do Trabalho no Capitalismo.** Curso de Especialização Lato Sensu Gestão da Produção. São Carlos: UFSCar, 2009.

_____. **Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo?** . Artigo apresentado e publicado nos Anais do XI FIEALC – Federação Internacional de Estudos sobre América Latina e Caribe, Osaka, Japão, setembro de 2003.

EID, Farid; LIANZA, Sidney. **Princípios e critérios para o cooperativismo pesqueiro auto-sustentável.** Anais em CD-ROM do I Seminário de Gestão Sócio-Ambiental para o Desenvolvimento da Aqüicultura e da Pesca no Brasil, UFRJ, agosto de 2004. (p. 8-13)

EID, Farid; GALLO, Ana Rita; PIMENTEL, Andréia Eloísa Bueno. **Desigualdade, Discriminação, Trabalho e Região: qualificando os dados de renda do trabalho.** Revista da ABET. Vol. I, nr. 1/2, jan/dez 2001. Publicação Semestral da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho.

EID, Farid; CHIARELLO, Caio Luis. **Organização do Trabalho em Cooperativas Tradicionais e Populares: dialogando com a teoria liberal e marxista.** ENEGEP, 2007.

- FERREIRA, C. G.; HIRATA, H.; MARX, R.; SALERNO, M. S.; **Alternativas sueca, italiana e japonesa ao paradigma fordista: elementos para discussão sobre o caso brasileiro.** IN: Cadernos do CESIT, n.4, Campinas, 1991.
- FLEURY, Afonso Carlos Corrêa; VARGAS, Nilton. **Organização do Trabalho: uma abordagem interdisciplinar: sete casos brasileiros para estudo.** São Paulo: Atlas, 1983.
- _____. **Organização do Trabalho.** São Paulo: Atlas, 1987.
- FLEURY, A. C. C.; FLEURY, M. T. L.; **Aprendizagem e organização organizacional: as experiências de Japão, Coréia e Brasil.** São Paulo: Atlas: 1997.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: trançando fronteiras conceituais.** Bahia Análise & Dados. Salvador, SEI v.12 n 1 p. 9-19, Junho de 2002.
- GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra.** São Paulo: Peirópolis, 2000. 224 p.
- GAIGER, Luiz Inácio. **A Economia Solidária diante do modo de Produção Capitalista.** Esse trabalho é fruto de pesquisa em parceria com a Cáritas Brasileira – Regional RS, a Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio, de Porto Alegre, e a Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, com apoio do CNPq e da FAPERGS, 2002.
- GAIGER, Luiz Inácio. Terceiro Setor, **Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular.** Salvador, SEI v.12 n.1, Bahia Análise & Dados, junho de 2002. P.9 – 19.
- GAIGER, Luiz Inácio. & Outros. **A Economia Solidária no RS: Viabilidade e Perspectivas.** Cadernos Cedope, São Leopoldo, UNISINOS, ano 10, n.15, 1999.
- GAIGER, Luiz Inácio. **Os Desafios da Economia Solidária.** Centro de Estudos Sociais – CES, Grupo de Pesquisa Ecosol, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, apresentado em Seminário Internacional em 16 jan de 2008.
- GALLO, A. R. **Empreendimentos econômicos solidários: alternativas organizacionais de (re) inserção social e econômica.** São Carlos: UFSCar –Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Tese de doutorado, 2003, 270 p.
- GUERRA, Aleido Diaz. **Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis da Gleba Mercedes na região Centro-Norte do Estado do Mato Grosso. Amazônia Legal.** Projeto de Extensão; Unemat, Sinop: 2007.
- GUTIERREZ, Gustavo Luis. Globalização e Autogestão: as empresas de economia social na Comunidade Européia. In DOWBOR, L.; IANNI, O.; RESENDE, P. E. A. (orgs.). **Desafios da Globalização.** Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados de 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mt#>. Acesso em 01 ago 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio; et al. **Contabilidade Introdutória**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

ITCP/USP. **Um pouco sobre a Economia Solidária no Brasil**. Submitted by itcp on Sex, 2006-04-07 16:50. Economia Solidária no Brasil. Disponível em <<http://www.itcp.usp.br/?q=node/12>>. Acesso em 26 de dez de 2007.

KANITZ, Stephen. **O Capital Social**. Revista Veja, ed. 1951, ano 39, nº 14, 12 de abril de 2006, p. 22. Editora Abril. Disponível em <http://www.kanitz.com.br/veja/capitalsocial.asp>. Acesso em 22 out de 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil**. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002. Disponível em <http://ecosolvoll.org.br>. Acesso em 05 jun de 2008.

LIMA, Leonardo Pereira. **Dicionário Enciclopédico Comercial**. V. 1, 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1969.

LIMA, Jacob Carlos (org.). **Ligações Perigosas: trabalho flexível e trabalho associado**. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2007. vol 1, 314 p. 4º cap.

MARX, K.; **Capítulo VI inédito de O Capital – resultados do processo de produção imediata**. São Paulo: Editora Moraes, 1985.

_____.; **O capital: crítica da economia política – Livro primeiro: o processo de produção do capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, v.1.

_____.; **O capital: crítica da economia política – Livro terceiro: o processo global da produção capitalista**. São Paulo: Nova Cultural, 1988, v.5. (Coleção os economistas)

_____.; **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Editora Escrava, 1950.

_____.; **Trabalho em grupos e autonomia como instrumentos de competição: experiência internacional, casos brasileiros, metodologia da implantação**. São Paulo: Atlas, 1997.

MATTOSO, J. **O Brasil Desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

METELLO, Daniela Gomes. **Os Benefícios da Associação em Cadeias Produtivas Solidárias: o caso da Justa Trama – Cadeia Solidária do Algodão Agroecológico**. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2007

- MONTEIRO, Silvia Maria; GOMES, Jorge da Rocha. **De Taylor ao Modelo Japonês: modificações ocorridas nos modelos de organização do trabalho e a participação no trabalho.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, 93/94: 29-37, dez 1998.
- MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. **Marx, Taylor, Ford: As Forças Produtivas em Discussão.** 2ª edição; Editora Brasiliense. Versão modificada da Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP em novembro de 1984.
- NETO, Antonio C. **Relações de Trabalho e Negociação Coletiva na Virada do Milênio.** Petrópolis: Vozes, 2001.
- OCB – **Organização das Cooperativas Brasileiras.** Disponível em: <<http://www.ocbmt.coop.br/TNX/empresa.php>>. Acesso em 01 de ago de 2011. Revista Caros Amigos. Ed. 171, de 24 set 2004.
- PALLOIX, Christian. **O Processo do Trabalho: Do Fordismo ao Neofordismo, In: Processo de Trabalho e Estratégias de Classe.** Zahar Editores, 1982.
- PINHO, Diva Benevides. **O Cooperativismo no Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2004.
- POCHMANN, M. O Trabalho Sob Fogo Cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.
- REVISTA NOTÍCIA DE MATO GROSSO E SANTA CATARINA. Edição 101, Ano XVII, março de 2011. Disponível em: <http://www.revistanoticia.com> Acesso em 25 jul 2011.
- RIOS, G.S.L. **O que é Cooperativismo.** São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guias para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- RUFINO, Sandra. **Um Olhar Diferente: a engenharia de produção na economia solidária.** Apresentado no XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção em Curitiba-PR, de 23 a 25 de outubro de 2002.
- RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: Guia para eficiência dos estudos.** 3ª ed, São Paulo: Atlas, 1993.
- SAYED, K. M. E; **Uma evolução nas relações de trabalho: partindo de um modelo confrontacional para um modelo cooperativo.** Florianópolis/SC: UFSC/DEP, Dissertação de Mestrado, 2003.
- SERRA, Elpidio. **Contribuição ao Estudo do Cooperativismo na Agricultura do Paraná: o caso da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá.** Rio Claro; UNESP, 1986 (Dissertação de Mestrado).

- SEVERINO, Maico Roris; EID, Farid. **Processos de Trabalho e Organização do Trabalho para Internacionalização de Cadeias Produtivas em uma Cooperativa de Reforma Agrária**. 2004.
- SEVERINO, Maico Roris. **Organização e Processos de Trabalho em uma Cooperativa do MST: Debate Teórico no Contexto da Empresa Capitalista e da Economia Solidária**. São Carlos/SP: UFSCar/DEP, Dissertação de Mestrado, 2006.
- SIES - Secretaria Nacional de Economia Solidária, Ministério do Trabalho e Emprego Departamento de Estudos e Divulgação. **Economia Solidária no Brasil: avanços, desafios e prioridades**. Disponível em <<http://www.sies.mte.gov.br>>. Acesso em: 15 de jun de 2008.
- SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**, 2002. Disponível: <<http://www.itcp.usp.br/?q=taxonomy/term/38>>. Acesso 23 de dez de 2007
- SOUZA, Edison Antônio de. Síntese de História de Mato Grosso. Sinop, 2004. 199 p.
- TAUILE, José Ricardo; RODRIGUES, Huberlan. **Economia Solidária e Autogestão: a criação e re-criação de trabalho e renda**. Professor e Pesquisador do IE – Instituto de Economia/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.itcp.usp.br/?q=taxonomy/term/38>>. Acesso em: 23 de dez de 2007.
- TIRIBA, Lia Vargas. **Economia popular: a relação trabalho-educação como mediação entre ‘mundo da cultura’ e ‘mundo da produção’**. In: XXIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1999. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/?q=taxonomy/term/39>>. Acesso em 26 dez de 2007.
- TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy Silva. **O Trabalho como Princípio Educativo no Processo de Produção de uma “outra economia”**. São Paulo: Idéias & Letras, 2004.
- TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy Silva (org.) **Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. Aparecida; SP: Idéias & Letras, 2004.
- VASAPOLLO, Luciano. A Explosão do Desemprego e as distintas modalidades de precarização do trabalho: o trabalho atípico e a precariedade. Trad. Maria de Jesus Brito Leite. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- VAZZOLER, Márcia Regina. **Cooperativismo em Assentamentos de Reforma Agrária: a sobrevivência de Cooperativas do MST no contexto capitalista**. São Carlos: Tese de Doutorado da UFSCar/DEP, São Paulo, 2004.
- VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos. **No Coração Do Brasil: políticas públicas e colonização em Mato Grosso**. Cáceres; Editora Unemat, 2005, 191 p.
- ZARIFIAN, P. Introdução. In: HIRATA, H. Org. **Sobre o Modelo Japonês**. Trad. R. Eichemberg et al. São Paulo: EDUSP, 1993, p. 23-32.

ZILBOVICIUS, M.; **De JK a FHC: a reivenção dos carros**. São Paulo: Scritta, 1997.

ANEXO

**Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Mato Grosso
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Mato Grosso
Mato Grosso - Brasil**

Número atual de cooperativas cadastradas no município de Sinop, segundo registros da OCB do Mato Grosso em 01 de agosto de 2011. Perfazem um total de 12 cooperativas.

Cooperativas Cadastradas	
Sigla	Razão Social
COOPERSIM	Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Vale do Teles Pires
COOPERSINO	Cooperativa dos Profissionais da Educação de 1º e 2º Grau do Município de Sinop
COOPES	Cooperativa dos Educadores de Sinop LTDA
FILIAL - C. VALE - Loja de Insumos	C. VALE Cooperativa Agroindustrial
FILIAL - C. VALE - Loja de Peças e Acess	C. VALE Cooperativa Agroindustrial
FILIAL - COOPERCORDIA - Transporte Carga	Cooperativa de Transportes de Cargas Especiais de Concordia
FILIAL - COOPNOROESTE	Cooperativa Agropecuaria do Noroeste Mato Grosso LTDA
FILIAL - SICREDI CELEIRO MT - U A - Sino	Cooperativa de Credito de Livre Admissao de Associados de Sorriso
FILIAL - SICREDI CELEIRO MT - U A - Sino	Cooperativa de Credito de Livre Admissao de Associados de Sorriso
FILIAL - UNICRED/MT - PAC - Sinop	Cooperativa de Credito dos Medicos, outros Profissionais da Saude e Empresarios de Mato Grosso LTDA
FILIAL - UNIMED NORTE - Farmacia	Unimed Norte Mato Grosso Cooperativa de Trabalho Medico
UNIMED NORTE	Unimed Norte Mato Grosso Cooperativa de Trabalho Medico

Fonte: Disponível em: < <http://www.ocbmt.coop.br/TNX/empresa.php>>. Acesso em 01 de ago de 2011.

APÊNDICE I

Roteiro da entrevista de pesquisa com produtores rurais da Cooperativa Selene em Sinop/MT, contendo perguntas abertas e fechadas:

Peço ao Sr(a) entrevistado que autorize a publicação desta entrevista para colocar os dados em minha dissertação de mestrado junto a UFSCar/SP.

Sinop, ____/____/ de _____

Entrevistado

1. Sexo

a () Masculino

b () Feminino

2. Idade:

_____ anos

3. Grau de escolaridade

a () Analfabeto

b () Ensino Fundamental incompleto até 02 anos de estudo

c () Ensino Fundamental incompleto – de 03 a 05 anos de estudo

d () Ensino Fundamental incompleto – de 05 a 07 anos de estudo

e () Ensino Fundamental completo

f () Segundo grau incompleto

g () Segundo grau completo

h () Superior incompleto

i () Superior Completo

4. Família

a () Sem filhos

b () 1 filho

c () 2 filhos

d () 3 filhos

e () mais de 4 filhos

5. É natural de que Estado:

6. Reside há quanto tempo em Sinop?

7. A Propriedade é:

() Própria

() Arrendada

8. Qual a área de terra (em hectares)?

_____ ha.

9. Quantidade utilizada somente para pastagem:

_____ ha.

10. Quantas pessoas moram na propriedade?

a () 1

- b () 2
 c () 3
 d () 4
 e () 5
 f () mais de 5

11. Destas, quantas participam na produção do leite?
 _____ pessoas

12. Caracterização da propriedade

- a () Somente trabalho familiar
 b () Trabalho familiar, mais contratação de trabalhador

13. Tipo de residência

- a () Casa de alvenaria
 b () Casa de Madeira
 c () Casa de Barro
 d () Outro tipo. Especificar. _____

14. Energia elétrica na propriedade

- 1 () Sim.
 2 () Não.

15. Sua fonte de renda anterior provinha de que atividade?

16. Como era seu trabalho antes de participar da Associação/Cooperativa?

17. Há quanto tempo participa da organização Selene?

_____ anos

18. Como surgiu a idéia de montar uma associação de leite?

19. Trabalha na Cooperativa?

- () Sim () Não

20. Qual sua função?

21. Recebe algum tipo de benefício/remuneração?

- () Sim () Não

22. Qual o benefício recebido pela Cooperativa?

- () salário () conforme sua função () por hora trabalhada
 () por produção () outros (qual?) _____

23. Participou de cargos da diretoria

- 1 () Sim

2 () Não

24. Quanto tempo participou da diretoria.

25. Quantos litros de leite/dia entrega para Cooperativa?

_____ litros leite/dia.

26. Qual a raça predominante de seu gado leiteiro?

27. Existe assistência técnica de veterinários?

() Sim () Não

28. Se existe, através de qual órgão?

a () Cooperativa

b () Prefeitura Municipal

c () Outros (especificar) _____

29. Trabalhava com gado antes de fazer parte da Cooperativa?

() Sim () Não

30. Qual a renda média mensal da propriedade

a () menos de 1 salário mínimo

b () 1 salário mínimo

c () de 1 a 3 salários mínimos

d () mais de 3 salários mínimos

31. Sua renda aumentou desde que participa da cooperativa?

a () Sim

b () Não

32. Possui outras rendas?

() Sim () Não

33. Se sim a resposta anterior, qual?

34. A Cooperativa se preocupa:

a () com a família toda

b () só com o cooperado e seus produtos

35. Considera que suas condições de vida melhoraram após entrar na cooperativa?

a () Sim

b () Não

36. Enumere algumas dessas melhorias

37. Participa das reuniões da Cooperativa?

() Sim () Não

38. Com qual frequência participa das reuniões

() Sempre () As vezes () Quase nunca

39. Participa das discussões (falar/intervir):

a () Sempre

b () Frequentemente

c () De vez em quando

d () Raramente

e () Nunca

40. Acha que o trabalho cooperativo/conjunto facilitou o giro (produção e entrega) do seu produto?

() Sim () Não

41. Acha que a Cooperativa é bem administrada?

() Sim () Não

42. Poderia ser melhorada?

() Sim () Não

43. Se sim a resposta anterior, no seu ponto de vista o que poderia ser melhorado na administração da Cooperativa?

a) _____

b) _____

c) _____

d) _____

44. A Cooperativa possui algumas dificuldades atualmente?

() Sim () Não

45. Quais seriam no seu ponto de vista:

a () Comercialização dos produtos

b () Mão-de-obra

c () Recursos financeiros

d () Outros _____

46. Quais as perspectivas para o futuro a curto, médio e longo prazo?

APÊNDICE II

Compilação dos Dados da Pesquisa de Campo

Os dados a seguir foram reunidos de modo a reconhecer em percentual as respostas obtidas por cada membro da Coopersele e transcritas de acordo com cada pergunta realizada pela entrevistadora no período de outubro de 2010 a março de 2011.

1- Idade:

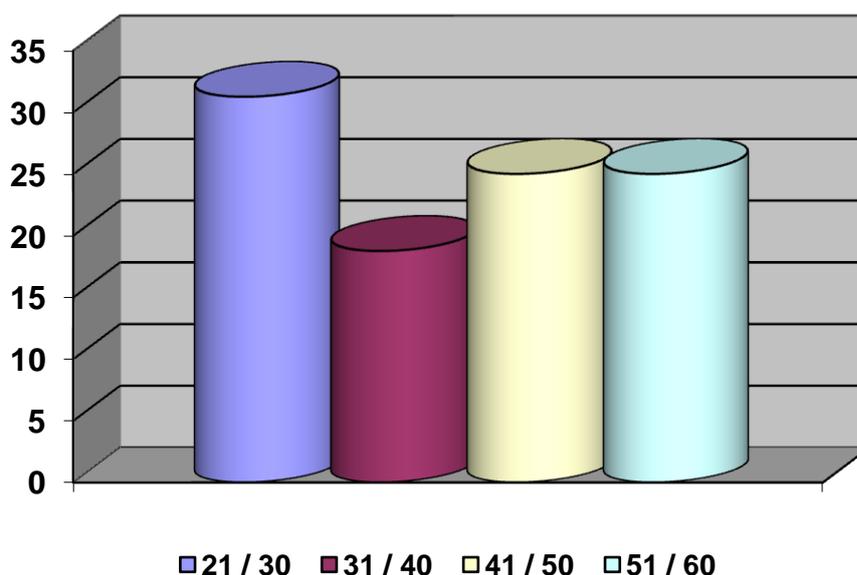


Gráfico nº 1 – Idade

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R = Quanto à idade, as respostas obtidas foram: 05 possuem entre 21 e 30 anos = 31,25 %; 03 estão entre 31 a 40 anos = 18,75 %; 04 entre os 41 a 50 anos = 25 % e 04 entre 51 e 60 anos outros 25 %.

2 – Escolaridade:

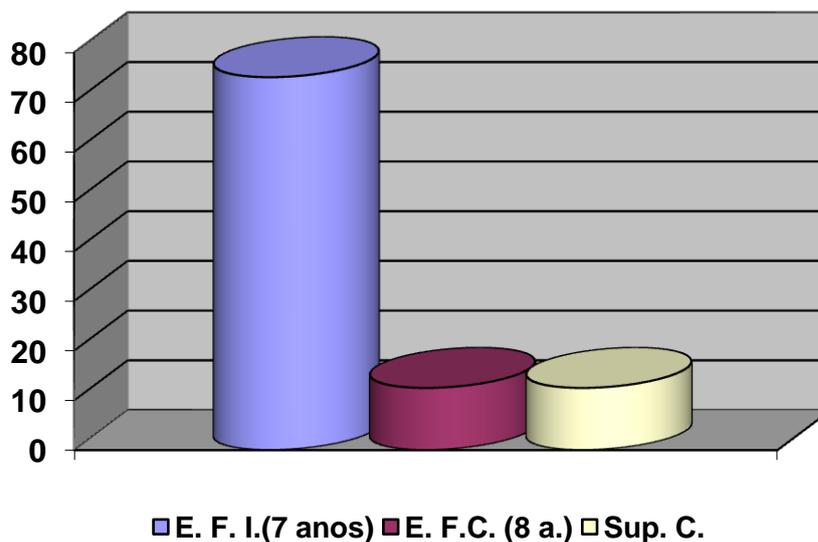


Gráfico nº 2 – Escolaridade

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R = Ensino Fundamental Incompleto (de 3 a 7 anos) são 12 = 75 %; Ensino Fundamental Completo 02 = 12,5 % e Ensino Superior Completo 02 = 12,5%.

3 – Quanto ao Número de Filhos:

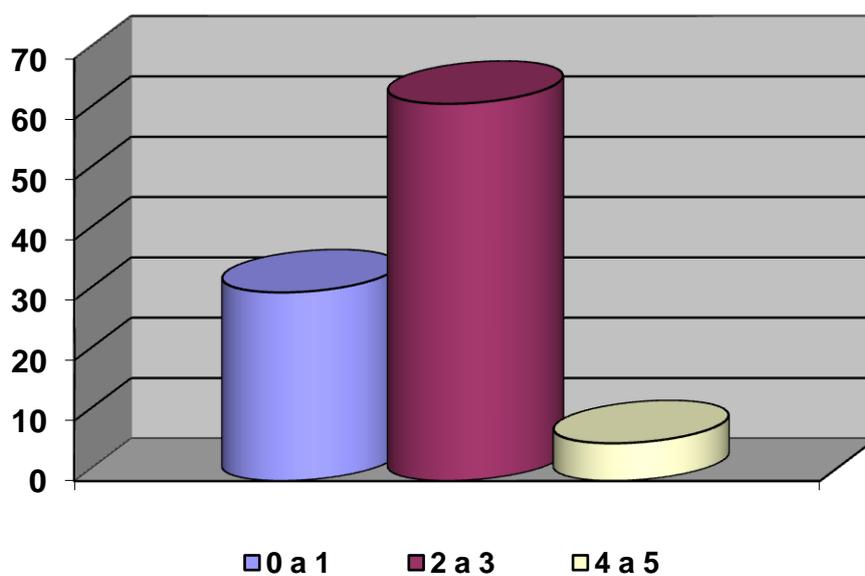


Gráfico nº 3 – Número Filhos

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R = 05 possuem até 1 filho = 31,25 %; 10 têm 2 e 3 filhos= 62,5 % e 01 tem 4 filhos = 6,25%

4 – Naturalidade:

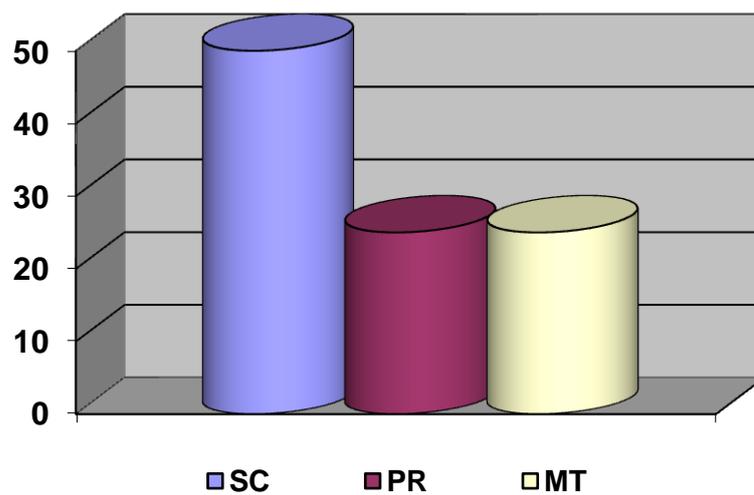


Gráfico nº 4 – Naturalidade

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R = Santa Catarina 08 = 50 %; Paraná 04= 25 % e Mato Grosso 04 = 25%

5– Reside a quanto tempo em Sinop (em anos)?

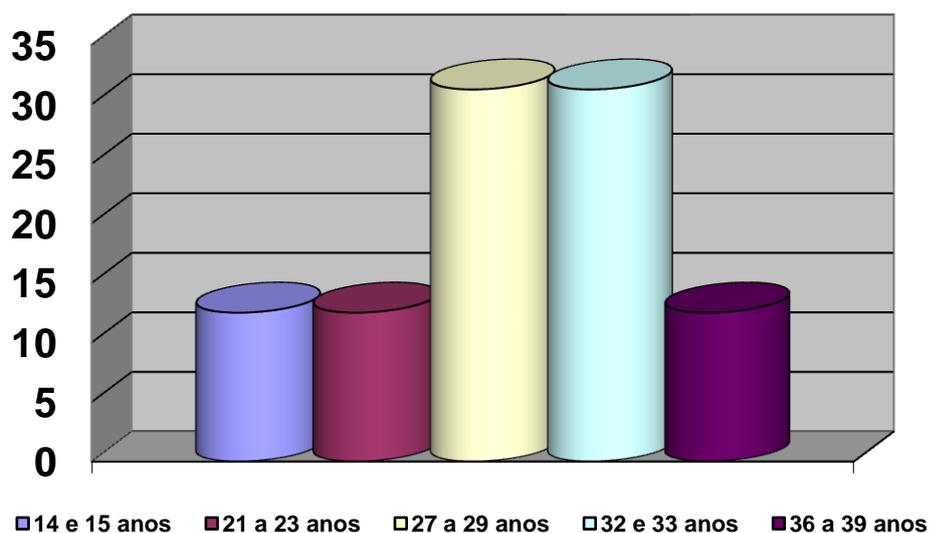


Gráfico nº 5 – Tempo de Moradia em Sinop

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R – Moram em Sinop entre 14 e 15 anos 02 = 12,5 %; de 21 a 23 anos 02 = 12,5 %; de 27 a 29 anos 05 = 31,25 %; de 32 e 33 anos 05 = 31,25% e de 36 a 39 anos 02 = 12,5%.

6 – Quanto a Propriedade

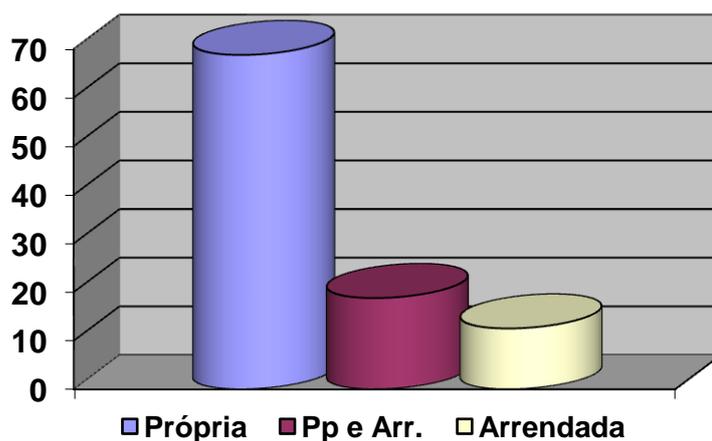


Gráfico nº 6 – A propriedade é

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R = Própria 11 = 68,75 %; Própria e Arrendada 03= 18,75 % ; Arrendada 02 = 12,5%

7 – Tamanho da área (em hectares)

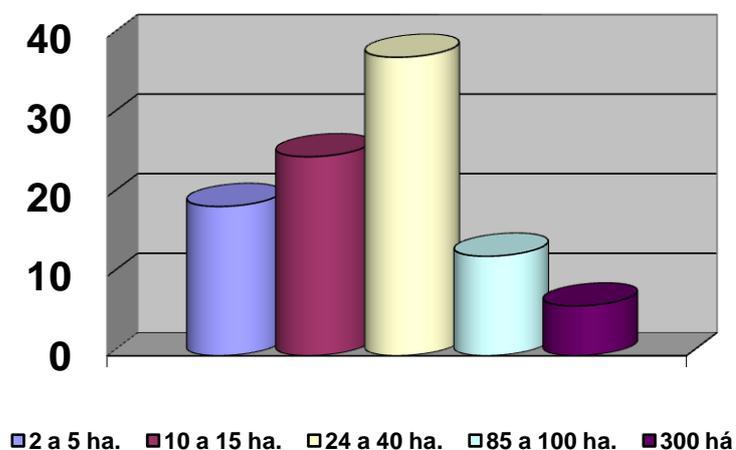


Gráfico nº 7 – Área em hectares

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R – de 2 a 5 ha. pertencem a 03 cooperados = 18,75 %; de 10 a 15 ha. 04 = 25 %; de 24 a 40 ha. 06 = 37,5 %; de 85 a 100 ha. são 02 = 12,5% e área de 300 ha. é apenas 01 = 6,25 %.

8 – Qual área somente de pastagens (em hectares)?

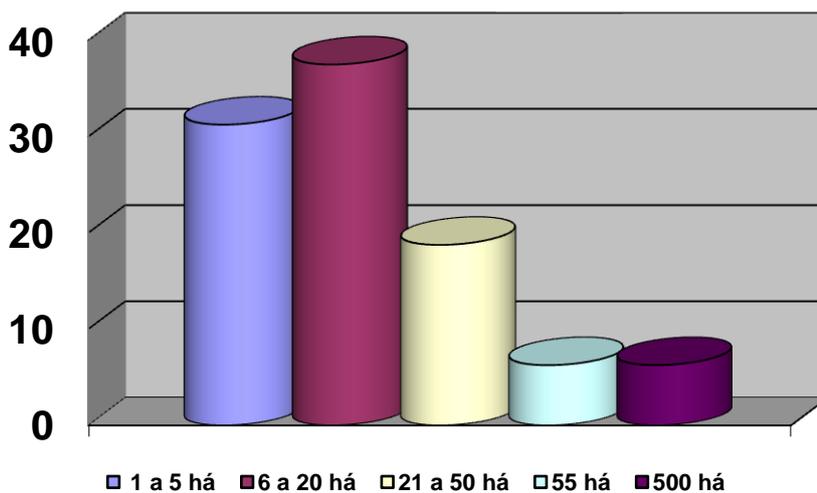


Gráfico nº 8 – Área em pastagem

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R – Entre 01 e 05 ha são 05 = 31,25 %; de 06 a 20 ha 06 = 37,50 %; de 21 a 50 ha 03 = 18,75 %; 55 ha 01 = 6,25% e com 500 ha 01 = 6,25%.

9 – Quanto ao número de pessoas que moram na propriedade

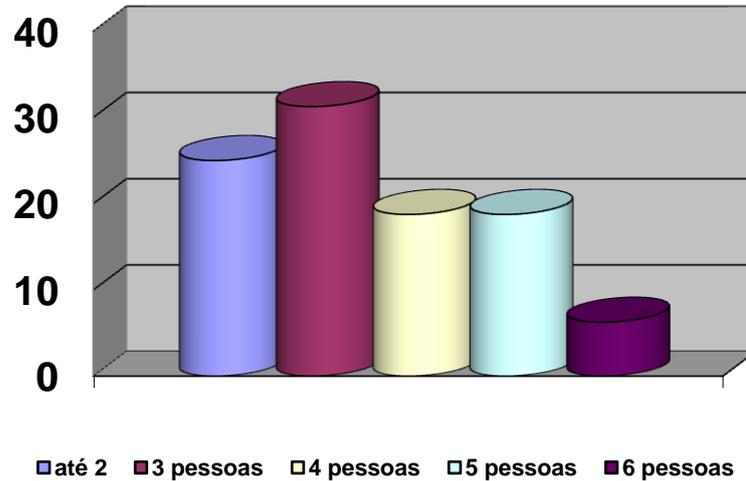


Gráfico nº 9 – Número de pessoas na propriedade

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R – Com 1 e 2 pessoas, 04 = 25 %; de 3 pessoas, 05 = 31,25 %; de 4 pessoas, 03 = 18,75% ; de 5 pessoas, 03 = 18,75% e com 6 pessoas é 01 = 6,25%.

10 - Destas, quantas participam na produção do leite?

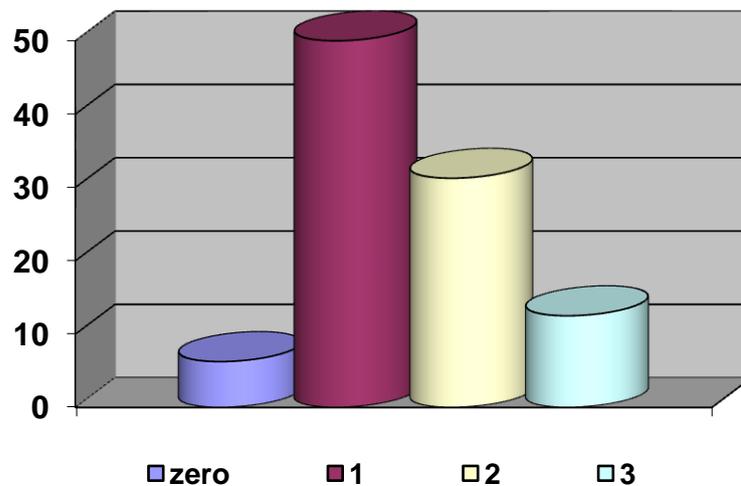


Gráfico nº 10 – Número de pessoas na produção

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R = Quanto ao número de pessoas que trabalha na produção de leite, as respostas obtidas foram: 01 não participa = 6,25 %; 08 tem 01 pessoa que trabalha na produção = 50 %; 05 tem 02 que trabalham = 31,25 % e 02 tem 03 pessoas que participam da produção = 12,5%.

11 – Características da propriedade

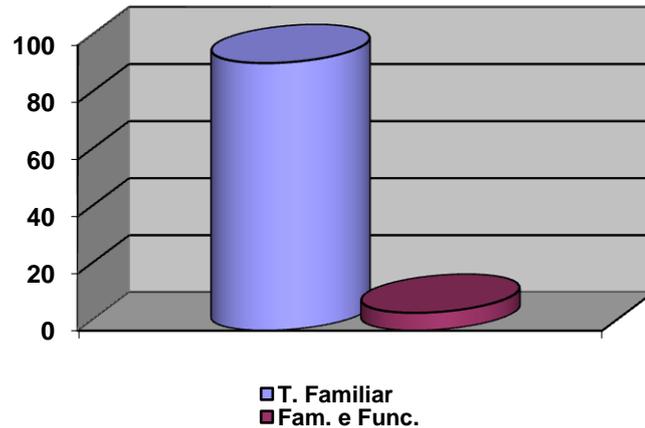


Gráfico nº 11 – A propriedade é

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R – 15 propriedades tem somente o trabalho familiar = 93,75 % e 01 tem trabalho familiar e auxílio de funcionário = 6,25 %.

12 – Tipo de residência

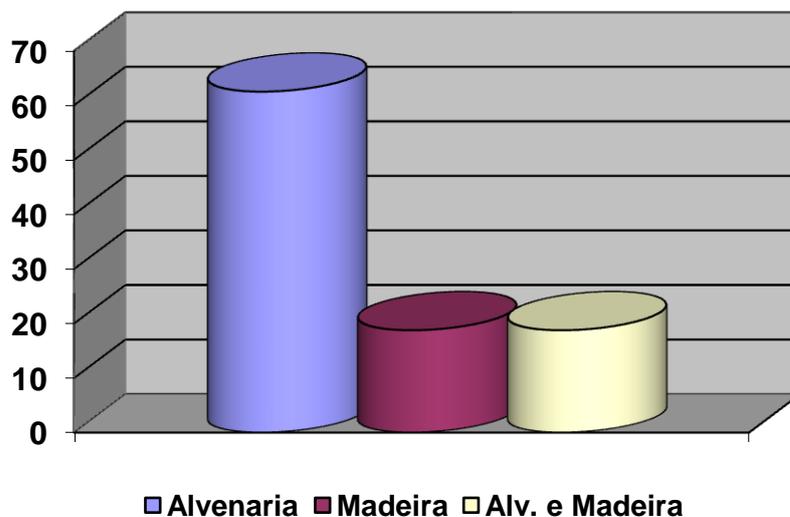


Gráfico nº 12 – A residência é de

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R = 10 propriedades tem residência de alvenaria = 62,5 %; 03 são de madeira = 18,75 % e 03 são de alvenaria e madeira = 18,75%

13 – Qual a fonte de renda anterior

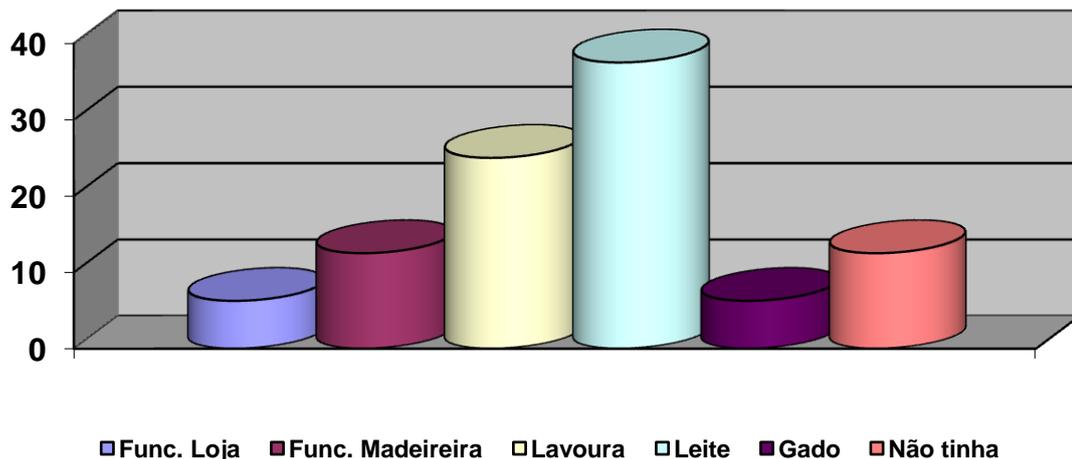


Gráfico nº 13 – Fonte de renda anterior

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R – A fonte de renda anterior decorria de: 01 funcionário de loja = 6,25%; 02 funcionários de madeira = 12,5 %; 04 da lavoura = 25 %; 06 do leite = 37,5 %; 01 de gado = 6,25% e 02 não tinham fonte de renda anterior = 12,5 %.

14 - Como era seu trabalho antes de participar da Associação/Cooperativa?(respostas transcritas de acordo com respostas dos participantes)

R – No tempo do desmatamento o trabalho era duro, difícil, pagamento inadequado; muito trabalho, dificuldades financeiras, trabalho pesado; sofrido, pouco tempo para o lazer; muitos entregavam o produto (leite) de porta em porta aos clientes; noutros, o leiteiro passava nas propriedades levando o leite à cidade; muitas vezes acontecia o não recebimento da venda e também a sobra da produção. Era cada um trabalhando individualmente.

15 – Quanto tempo faz parte da Associação/Cooperativa Selene?

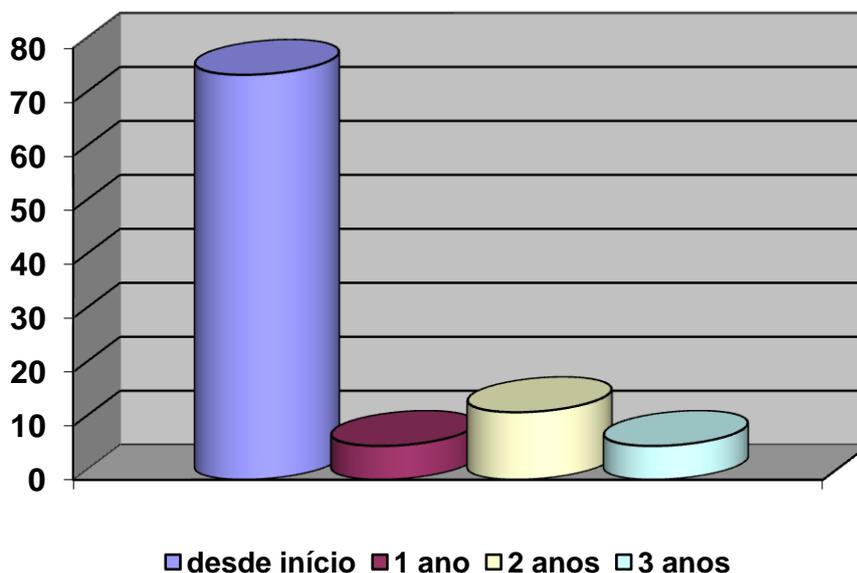


Gráfico nº 14 – Tempo (em anos) de participação na Organização Selene

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R = 12 participam desde o início da fundação da Selene = 75 %; 01 tem 1 ano de filiação = 6,25 %; 02 tem 2 anos = 12,5 % e 01 tem 3 anos de participação = 6,25%.

16 – Como surgiu a idéia de formar uma Associação/Cooperativa de leite? (respostas transcritas de acordo com a conversa com os cooperados)

R – junção de famílias que produziam leite e moravam próximos, vendiam na cidade de porta em porta ou entregavam ao leiteiro para revenda; pressão de outras empresas que pasteurizavam o leite; mercados exigiam mais higiene e embalagens adequadas; fiscalização municipal mais rígida.

17 – Trabalha na Cooperativa?

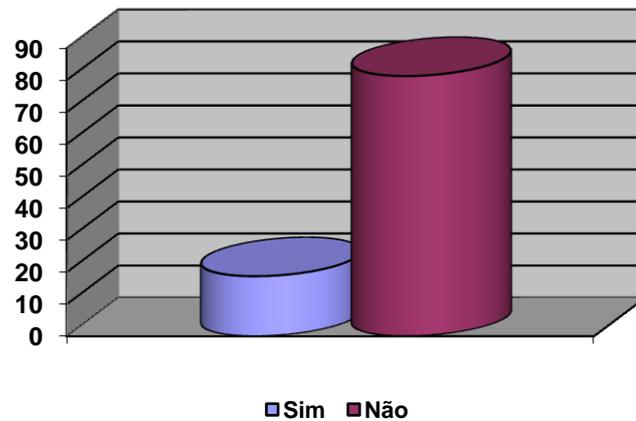


Gráfico nº 15 – Trabalha na Cooperativa

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R = 03 pessoas trabalham na cooperativa =18,75 % enquanto 81,25 % não trabalham.

20. Qual sua função?

R – A função das 03 pessoas exercida dentro da cooperativa é o trabalho na diretoria e no conselho fiscal.

21. Recebe algum tipo de benefício/remuneração?

R – Daqueles que trabalham na cooperativa nenhum recebe qualquer tipo de benefício como salário, hora trabalhada ou por produção.

22. Participou de cargos da diretoria?

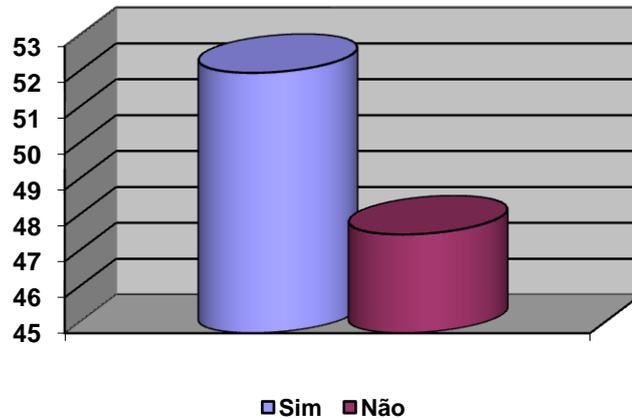


Gráfico nº 16 – Cargos na Diretoria

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R = 09 pessoas fizeram parte de cargos na diretoria = 56,25 % e 07 nunca participaram = 43,75 %.

23 - Quanto tempo participou da diretoria.

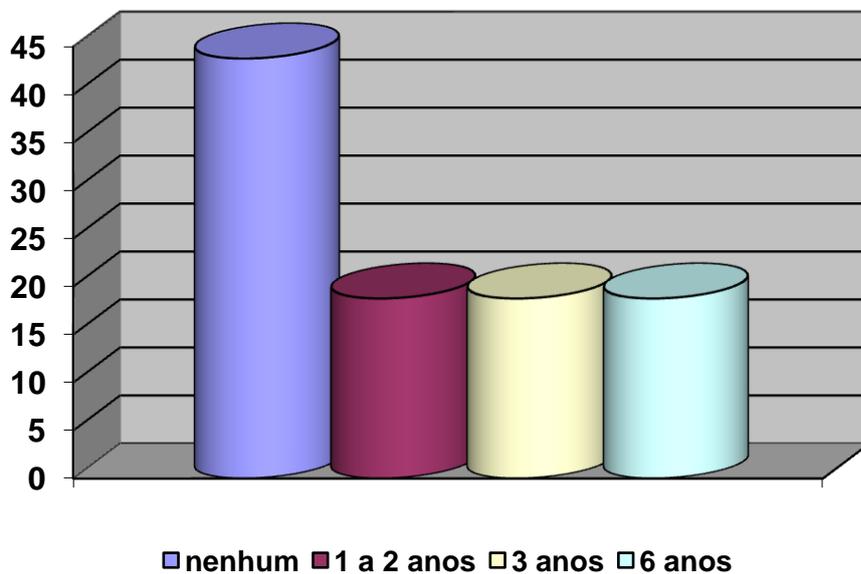


Gráfico nº 17 – Tempo (em anos) de participação na diretoria

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R = 07 nunca participaram da diretoria da Selene = 43,75 %; 03 participaram durante o período de 1 a 2 anos = 18,75 %; 03 tem 2 anos = 18,75 % e 03 tem 6 anos de participação = 18,75%.

24 - Qual a quantidade de gado leiteiro que possui?

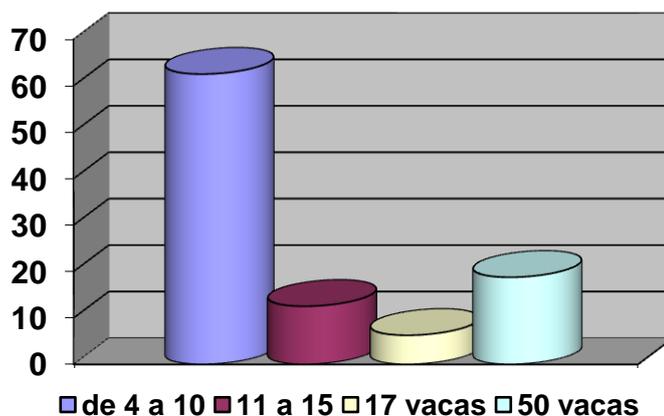


Gráfico nº 18 – Quantidade de vacas leiteiras que possui atualmente

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R = 10 cooperados tem atualmente de 4 a 10 vacas tirando leite = 62,5 %; 02 tem de 11 a 15 = 12,5 %; 01 tem 17 vacas = 6,25 % e 03 tem 50 vacas = 18,75%.

25 - Quantos litros de leite/dia entrega para Cooperativa?

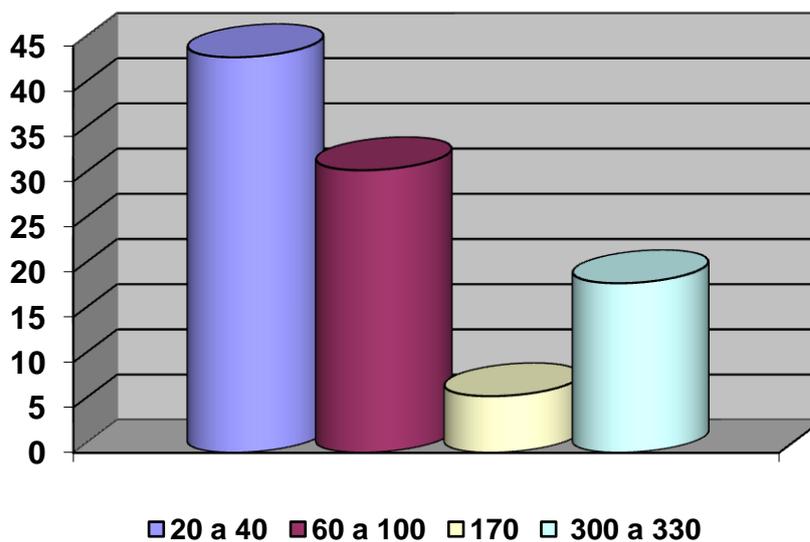


Gráfico nº 19 – Quantidade de litros leite/dia

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R = 07 cooperados entregam de 20 a 40 litros leite/dia a Coopersele = 43,75 %; 05 de 60 a 100 litros = 31,25 %; 01 com 170 litros = 6,25 % e 03 entre 300 a 330 litros = 18,75%. Esse volume perfaz um total médio de 1.700 a 2.000 L de leite dia.

26 - Qual a raça predominante de seu gado leiteiro?

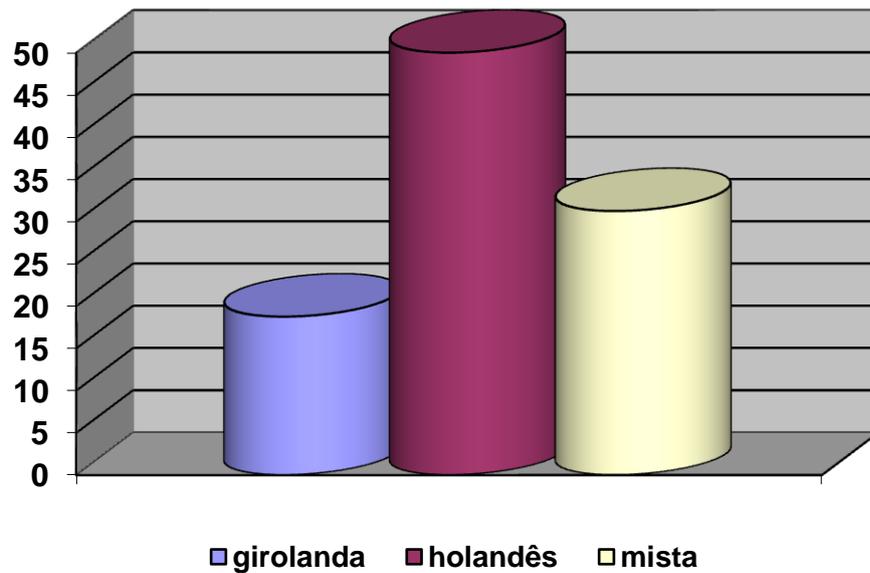


Gráfico nº 20 – Raça predominante do gado leiteiro

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R = 03 tem gado girolanda = 18,75 %; 08 tem gado holandês = 50 % e 05 tem gado misto (girolanda e holandês puro e misto) = 31,25%

27 - Existe assistência técnica de veterinários?

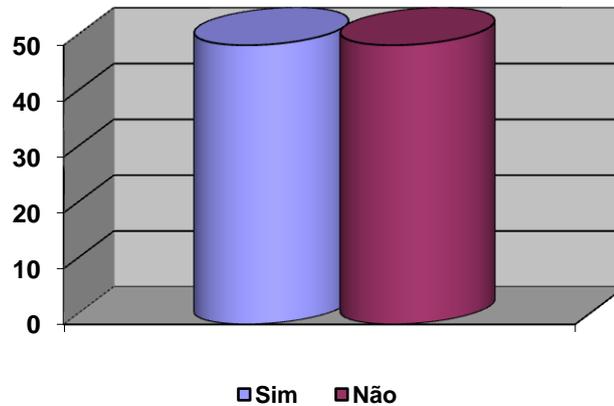


Gráfico nº 21 – Assistência de Veterinário

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R = 08 cooperados disseram que existe assistência técnica de veterinário na propriedade =50 % e 08 disseram não haver assistência = 50 %.

28 - Se existe, através de qual órgão?

R – Os cooperados que disseram haver assistência de veterinário frisaram que estes são da própria cooperativa ou do poder público municipal. Este último, entretanto, não vem em tempo hábil quando requisitado, assim muitas vezes é necessário buscar um veterinário particular ou contar com ajuda de vizinhos que pela experiência, sabem cuidar do animal.

29 - Trabalhava com gado antes de fazer parte da Cooperativa?

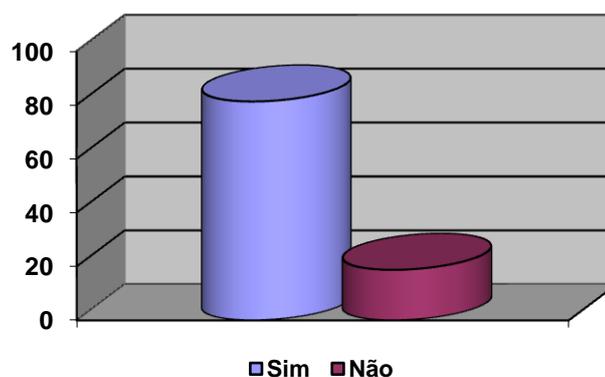


Gráfico nº 22 – Trabalho com gado antes

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R = 13 cooperados disseram ter trabalhado anteriormente com gado de leite =81,25 % e 03 disseram nunca ter trabalhado = 18,75 %.

30 - Qual a renda média mensal da propriedade

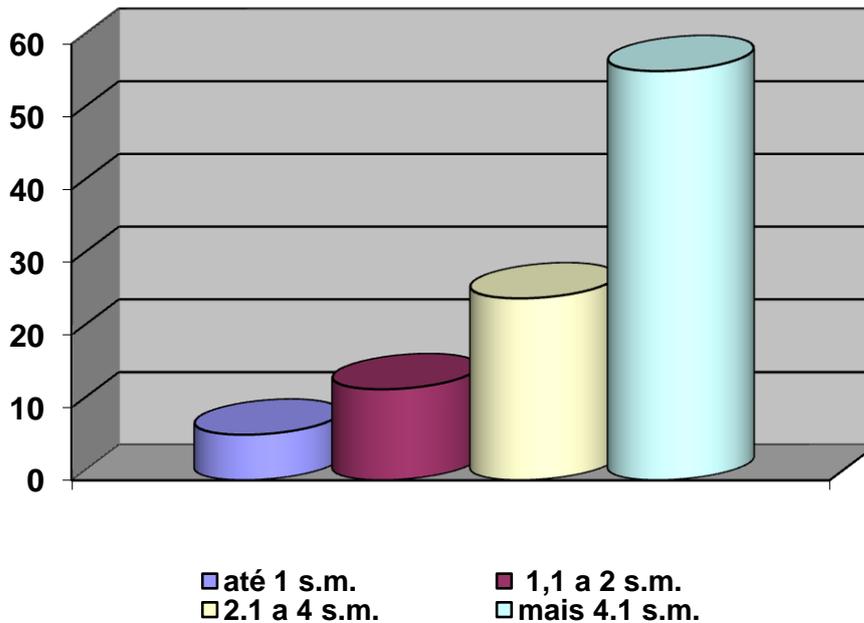


Gráfico nº 23 – Renda mensal da propriedade atualmente (em salário mínimo)

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R = até 1 s.m é 01 cooperado = 6,25 %; de 1.1 a 2 s.m. são 02 = 12,5 %; 04 com 2.1 a 4 s.m. = 25 % e 09 possuem renda acima de 4.1 s. m. = 56,25%.

31 - Sua renda aumentou desde que participa da cooperativa?

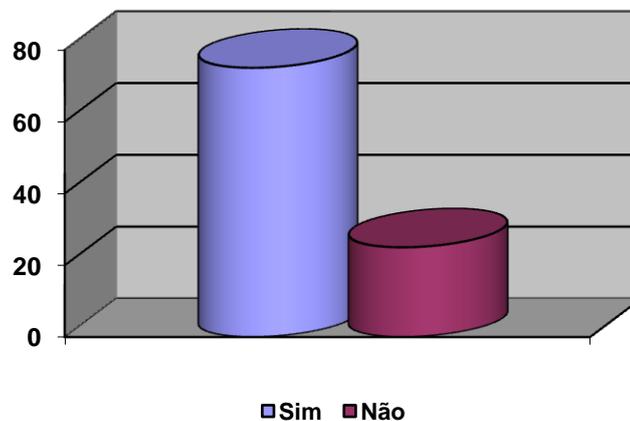


Gráfico nº 24 – Aumento da renda

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R = 12 cooperados disseram ter aumento sua renda após ingresso na Cooperseleene = 75 % e 04 disseram que não = 25 %.

32 - Possui outras rendas?

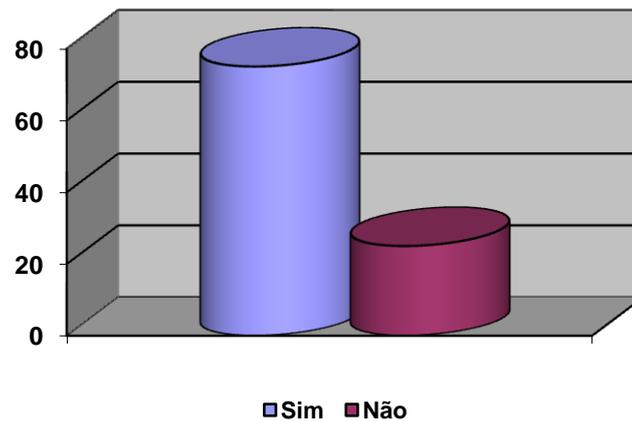


Gráfico nº 25 – Outras rendas

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R = 12 cooperados disseram ter outras rendas além do gado leiteiro = 75 % e 04 disseram que não = 25 %.

33 - Se sim a resposta anterior, qual?

R = 01 trabalha no comércio da cidade e 01 é funcionário de lavoura. Outro recebe pelo arrendamento da terra; 04 trabalham na própria lavoura; 03 possuem confinamento de gado para engorda; 02 têm renda por produtos da terra e vendidos, como galinhas, ovos e abacaxi.

34 - A Cooperativa se preocupa:

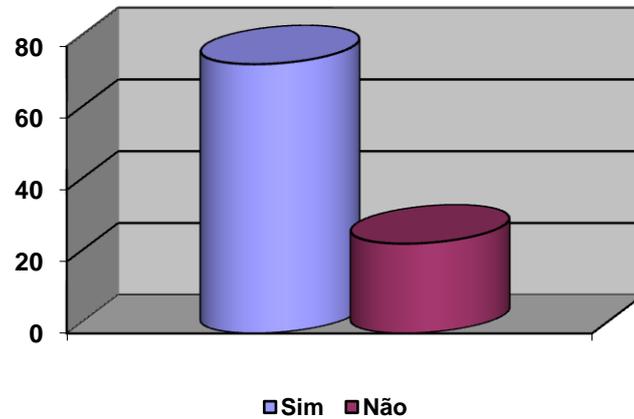


Gráfico nº 26 – A cooperativa se preocupa

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R = 09 cooperados disseram que a cooperativa se preocupa com a família toda = 56,25 % e 07 disseram que a cooperativa se preocupa só com o cooperado e seus produtos = 43,75 %.

35 - Considera que suas condições de vida melhoraram após entrar na cooperativa?

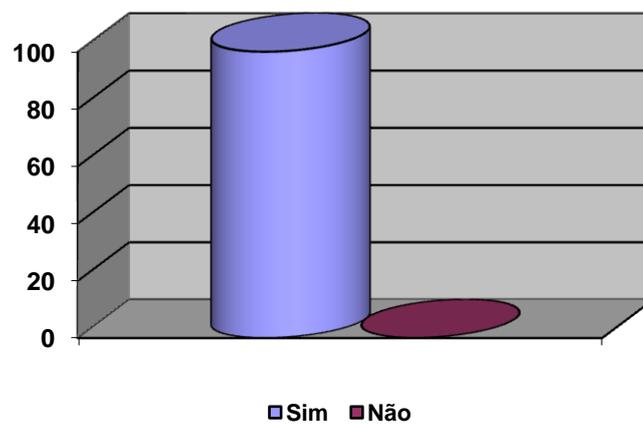


Gráfico nº 27 – Sua vida melhorou

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R = 100 % dos cooperados responderam que sua vida melhorou após ingressarem na Selene.

36 - Enumere algumas dessas melhorias (respostas conforme ditas pelos cooperados).

R = garantia na entrega total dos produtos; certeza do pagamento; não há percas nem do produto, nem financeiro; tranquilidade; menos gasto com combustível; reuniões esclarecedoras; rendimentos melhores para aquisição de bens (moto, carro) e certeza de novos incentivos.

37 - Participa das reuniões da Cooperativa?

R = 100 % dos cooperados responderam que participam frequentemente das reuniões organizadas pela cooperativa.

38 - Com qual frequência participa das reuniões.

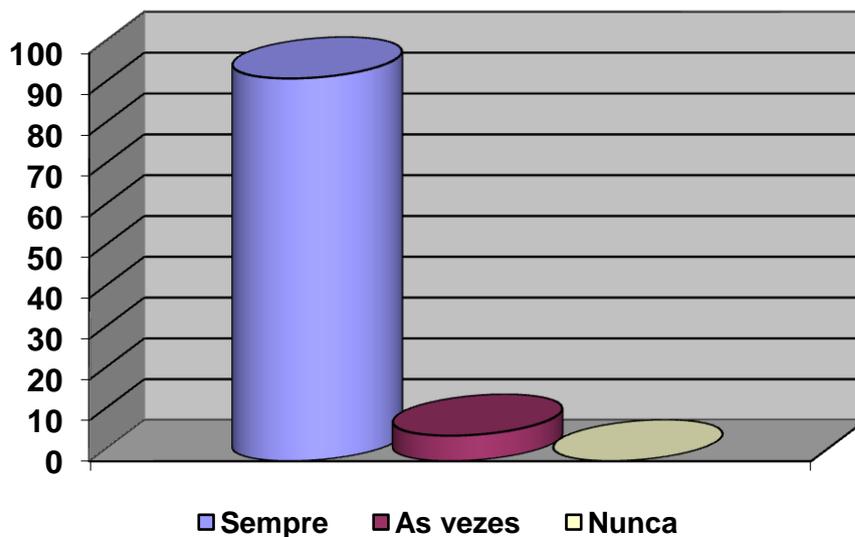


Gráfico nº 28 – Participação individual nas reuniões

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R = 15 sempre participam das reuniões = 93,75 % e 01 participa as vezes = 6,25 %.

39 - Participam das discussões (falar/intervir):

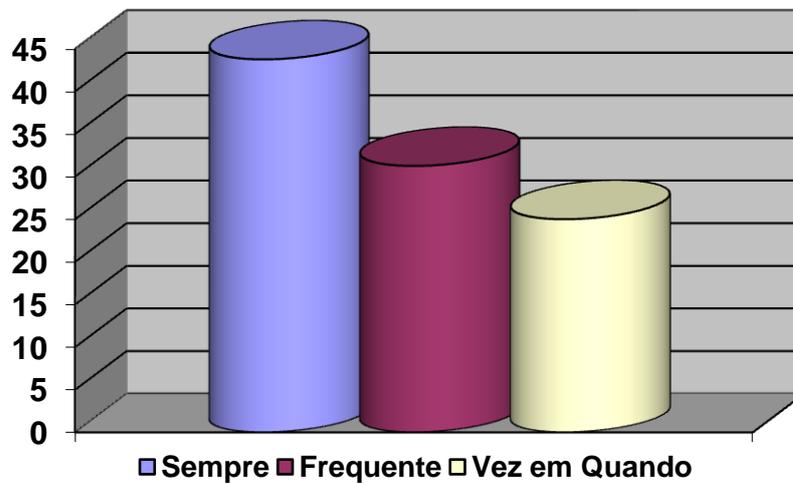


Gráfico nº 29 – Participação das discussões nas reuniões

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R = 07 participam assiduamente das reuniões = 43,75 %; 05 frequentemente participam = 31,25 % e 04 participam de vez em quando = 25%.

40 - Acha que o trabalho cooperativo/conjunto facilitou o giro (produção e entrega) do seu produto?

R = 100% dos entrevistados responderam que sim.

41 - Acha que a Cooperativa é bem administrada?

R = 100% dos entrevistados responderam que sim.

42 - Poderia ser melhorada?

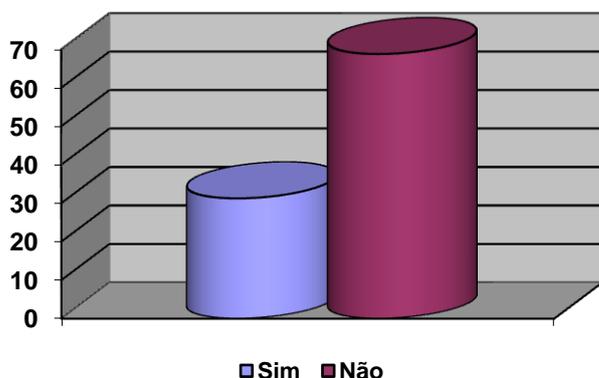


Gráfico nº 30 – Melhor Administração

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R = 05 cooperados responderam que sim = 31,25 % e 11 responderam que não = 68,75 %.

43 - Se sim a resposta anterior, no seu ponto de vista o que poderia ser melhorado na administração da Cooperativa?

R = cooperados se sentem constrangidos pela forte interferência de outros pequenos produtores concorrentes; alta carga de impostos; melhorias no funcionamento e expansão da empresa; aumento no preço do produto in natura e melhor esclarecimento do emprego do lucro mensal.

44 - A Cooperativa possui algumas dificuldades atualmente?

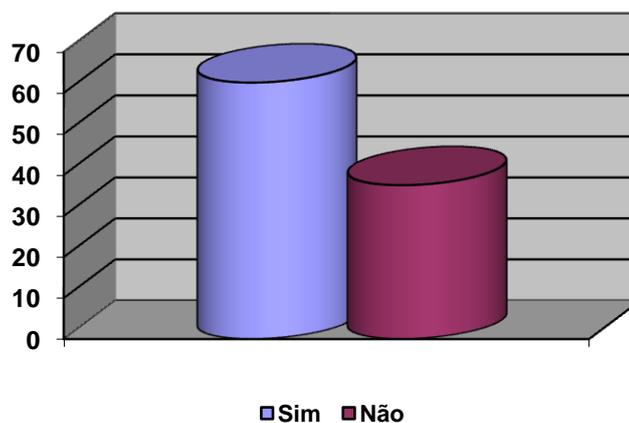


Gráfico nº 31 – Dificuldades atuais

Fonte: Peiter, Sinop 2011

R = 10 acreditam que a cooperativa tem dificuldades = 62,5% e 06 acreditam que não há dificuldade = 37,5 %.

45 - Quais seriam no seu ponto de vista:

R = 02 cooperados acreditam que a dificuldade maior está na comercialização dos produtos = 12,5 %; 03 dizem estar na comercialização dos produtos e nos recursos financeiros = 18,75 %; 04 alegam serem os recursos financeiros = 25 % e 01 disse ser a falta de novos cooperados, compra de novos equipamentos e a concorrência de outros produtores menores = 6,25 %. E 06 alegam não ter dificuldade = 37,5 %.

46 - Quais as perspectivas para o futuro a curto, médio e longo prazo? (respostas transcritas conforme opinião dada pelos cooperados)

R = Os cooperados na sua maioria acreditam na tendência de expansão da cooperativa; inserção de novos produtos; incentivos financeiros e diminuição da carga tributária pelo poder público; aumento do número de cooperados; comercialização de outros produtos; incremento na quantidade da produção com investimentos na qualidade genética; aumento na quantidade de pastagem e número de gado leiteiro.